



19 DE JUNHO DE 2018 Terça-feira

- INDÚSTRIA REDUZ CONSUMO DE ENERGIA EM 2,4% POR CAUSA DE GREVE, DIZ CCEE
- EMPRESÁRIOS DO PAÍS ESTÃO AFLITOS COM TRAJETÓRIA DA ECONOMIA NO CURTO PRAZO
- COM PIB MENOR E MAIS INCERTEZAS, INDÚSTRIA CORTA INVESTIMENTOS
- INDÚSTRIA 4.0 E O FUTURO DA CONSTRUÇÃO SÃO DISCUTIDOS EM REUNIÃO DA COMAT/CBIC
- ESTEIRA TRANSPORTADORA: DESCUBRA COMO INVESTIR NAS LINHAS DE PRODUÇÃO
- CERÂMICA FABRICADA COM ELETRICIDADE DEFORMA COMO METAL
- COMITÊ GESTOR REGULAMENTA A FORMA DE DIVULGAÇÃO DAS FUTURAS VERSÕES DOS LEIAUTES E MANUAIS DO eSOCIAL
- EVENTO NA CÂMARA AVALIA O PRIMEIRO ANO DA REFORMA TRABALHISTA
- A REFORMA TRABALHISTA E O PODER DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- ARTIGO: A VITÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL
- CRISE ESTIMULA BUSCA POR INOVAÇÕES DA INDÚSTRIA NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATA 443 EM ABRIL
- ANP DIZ QUE 31 EMPRESAS ADEREM À NOVA FASE PROGRAMA DE SUBSÍDIO AO DIESEL
- ANTT DEFENDE TABELAMENTO DE FRETE E AFIRMA QUE SUSPENSÃO LANÇARÁ BRASIL NO CAOS
- VAMOS ESPERAR O STF DECIDIR, DIZ TEMER SOBRE TABELA DO FRETE
- TABELAMENTO DE FRETE PODE SER PREJUDICIAL AOS CAMINHONEIROS, DIZ GUARDIA

- CADE DIZ QUE TABELAMENTO DO PREÇO DO FRETE CONFIGURA FORMAÇÃO DE CARTEL
- VENDA DIRETA DE ETANOL PARA OS POSTOS ABRE POLÊMICA NO SETOR
- PARANÁ É UM DOS 5 ESTADOS ONDE O ETANOL É MAIS VANTAJOSO QUE A GASOLINA
- DESCONTO PROMETIDO NO DIESEL AINDA NÃO CHEGOU ÀS BOMBAS
- PETROBRÁS PODE PERDER R\$ 15 BI COM AÇÃO TRABALHISTA
- COM CONTAS BLOQUEADAS, DOLLY FECHA FÁBRICA E DEMITE FUNCIONÁRIOS
- VOTAÇÃO DE PROJETO DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ESTÁ "AJUSTADA" COM CONGRESSO, DIZ TEMER
- CONTA DE LUZ PODE TER BANDEIRA VERMELHA NÍVEL 2 ATÉ RETA FINAL DO ANO, DIZEM ANALISTAS
- ANEEL APROVA ELEVAÇÃO MÉDIA DE 15,99% EM TARIFAS DA COPEL-D, DO PARANÁ
- BOLSA ATINGE PIOR NÍVEL DESDE AGOSTO DE 2017
- DÓLAR SOBE CERCA DE 1% ANTE REAL COM AVERSÃO AO RISCO GLOBAL DIANTE DE TEMORES COMERCIAIS
- COPOM SE REÚNE NESTA TERÇA, 19, SOB PRESSÃO DO CÂMBIO
- IPC-FIPE AVANÇA 0,84% NA 2ª QUADRISSEMANA DE JUNHO
- ALIMENTOS PRESSIONAM E IGP-M REGISTRA ALTA DE 1,75% NA 2ª PRÉVIA DE JUNHO, DIZ FGV
- TAXAS FUTURAS OSCILAM COM DÓLAR E COPOM NO RADAR
- SUPERÁVIT DA BALANÇA NA 3ª SEMANA DE JUNHO FOI DE US\$ 1,970 BILHÃO
- SELIC E INCERTEZAS NO CENÁRIO MINAM QUEDA DE JURO BANCÁRIO
- TURBULÊNCIAS SUSPENDERAM TESOURO DIRETO 29 VEZES NOS ÚLTIMOS 30 DIAS
- 'NÃO DEVEMOS ABANDONAR IDEIA DA ALIANÇA DA UE COM O MERCOSUL', DIZ TEMER
- URUGUAI SE OPÕE A BRASIL E ARGENTINA EM ACORDO COM UNIÃO EUROPEIA
- ELÉTRICO BMW I3 VOLTA AO BRASIL COM MAIOR AUTONOMIA
- PRESIDENTE DA TESLA DIZ EM EMAIL A FUNCIONÁRIOS QUE MONTADORA SOFREU "SABOTAGEM"
- VOLKS LANÇA GOLF 2019 E, APÓS GREVE, EVITA FAZER PREVISÕES DE LONGO PRAZO - RODAS
- CHINESA GEELY CONCLUI ACORDO DE COMPRA DE PARTICIPAÇÃO NA VOLVO

- **ANGLO AMERICAN RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA PROSPECTAR COBRE AO NORTE DO BRASIL**
- **CAMEX APROVA ANTIDUMPING PARA CORPOS MOEDORES EM FERRO OU AÇO IMPORTADOS DA ÍNDIA**

CÂMBIO EM 19/06/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,732	3,733
Euro	4,321	4,323

Fonte: BACEN

Indústria reduz consumo de energia em 2,4% por causa de greve, diz CCEE

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18/06/2018)

A greve dos caminhoneiros, deflagrada nas últimas duas semanas de maio, influenciou o consumo de energia nos principais setores industriais do País, que registraram queda de 2,4% no período, segundo análise da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

De acordo com a entidade, os ramos de atividade mais prejudicados pela paralisação foram o alimentício, com queda no consumo de energia de 39,5% no período entre 23 e 31 de maio, bebidas (-31%), veículos (-28,6%), manufaturados diversos (-24,2%), madeira, papel e celulose (-22,7%) e de minerais não metálicos (-21,6%).

A análise mostra que no período anterior ao da paralisação, entre 1º e 22 de maio, estes mesmos segmentos apresentaram aumento no consumo de energia: alimentícios (+1,5%), bebidas (+7%), veículos (+5,7%), manufaturados diversos (+3,3%), madeira, papel e celulose (+6,4%) e minerais não metálicos (4,7%). “(Isso) confirma o impacto significativo da greve no desempenho da indústria no último mês”, concluiu.

Com isso, no consolidado do mês de maio, o setor alimentício, por exemplo, consumiu 10,9% menos energia ante igual etapa de 2017, enquanto o de bebidas diminuiu sua demanda em 4,7% e o automotivo recuou em 4,7%.

Dentre os setores menos afetados pela greve estão o de transportes, que encerrou o mês com alta de 1,1%; saneamento (+1,2%); extração de minerais metálicos (+0,5%); telecomunicações (+0,2%).

Em nota divulgada nesta segunda-feira, a CCEE informa que o consumo de energia em todo o País ficou estagnado (0,0%) frente à demanda por energia no mesmo período de 2017. Dados prévios informados pela própria instituição tinham indicado uma queda de 0,8% no consumo de energia em maio.

Empresários do País estão aflitos com trajetória da economia no curto prazo

19/06/2018 – Fonte: DCI

Em evento com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, executivos questionaram governo sobre efeitos da greve dos caminhoneiros e câmbio; surpresas adicionais colocam em risco retomada



Greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias em maio, fez o mercado reduzir projeção de expansão do PIB

Empresários estão aflitos com a trajetória da economia no curto prazo. Depois da greve dos caminhoneiros, qualquer surpresa adicional no cenário pode colocar em risco a retomada dos negócios.

Durante um evento do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) ontem em São Paulo, com a presença do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, executivos mostraram preocupação e questionaram o governo a respeito da trajetória do câmbio, das reformas fiscais e das consequências da negociação feita com os caminhoneiros.

Uma fonte do setor industrial, que preferiu não se identificar, afirmou, após a palestra do ministro, que os últimos acontecimentos geraram muitas incertezas sobre o potencial de recuperação das empresas neste ano e sobre a capacidade do governo de contornar crises.

A avaliação, no entanto, é que o faturamento das companhias cresça no fechamento de 2018, em relação ao ano passado, mas muito por conta da base de comparação fraca. "O ano de 2017 foi muito ruim", afirmou.

"A expectativa [com relação à economia e ao faturamento das empresas] é de crescimento. Mas qual é a garantia de que não haverá surpresas daqui até o final do ano, que coloquem em risco a recuperação", completou.

A fonte ressaltou que a mudança constante de cenário cria obstáculos para o planejamento das empresas. "É muito cansativo abrir o jornal e ler uma coisa diferente a cada semana. Isso dificulta o planejamento", pontuou, ressaltando que os novos projetos de investimento da sua companhia seguem paralisados.

Durante a palestra, Guardia destacou que os efeitos da greve dos caminhoneiros são "transitórios". "É inegável que a greve terá um efeito no curto prazo, tanto no que diz respeito ao nível de preço, quanto no que diz respeito ao impacto na economia como crescimento – setores foram afetados, a economia parou de funcionar, teve escassez de produtos, isso refletiu em preços mais elevados nos supermercados."

No entanto, Guardia reforçou que esses impactos serão diluídos ao longo dos meses. "Tanto quanto quando a gente olha do lado da inflação, quanto quando a gente olha do lado do crescimento, esses efeitos são transitórios. Nós não entendemos como um choque permanente em preços ou na capacidade de crescimento da economia", frisou o ministro.

Um empresário da plateia chegou a questionar Guardia se há vontade política, por parte do governo federal, de renegociar o acordo com os caminhoneiros, "tendo em

vista suas consequências insustentáveis”. Sobre isso, o ministro comentou que as condições em que o acordo foi firmado foram muito adversas – como a paralisação da economia e as dificuldades de identificar as lideranças do movimento – o que acabou resultando, dentre outras medidas, no tabelamento do frete que, em sua avaliação, será ruim para os próprios caminhoneiros.

“O tabelamento pode acabar prejudicando aqueles que seriam beneficiados. Nós não temos como revogar a lei da oferta e da demanda por decreto”, disse. “Mas eu acho que existe entre os caminhoneiros uma percepção maior de que a tabela do frete pode ser negativa para a própria atividade dos caminhoneiros”, comentou. Em relação à economia brasileira, o ministro disse que a recuperação passa por todos os setores e conta com uma retomada dos investimentos, a qual pode ser observada no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, durante o primeiro trimestre.

Volatilidade

As fortes oscilações cambiais também foram temas recorrentes de questionamentos dos empresários. Em relação a isso, Guardia explicou que a situação do Brasil é diferente do período eleitoral de 2002, quando o dólar também disparou em relação ao real.

Ele lembrou que, naquele momento, a dívida pública do Brasil era “dolarizada”, mas que, hoje, somos credores em dólar. As reservas internacionais do País, disse Guardia, alcançam US\$ 380 bilhões, enquanto o colchão de liquidez do Tesouro Nacional é de R\$ 575 bilhões. “Temos instrumentos poderosos para atuar em momentos de alta volatilidade”, afirmou o ministro.

A fonte do setor industrial elogiou o esclarecimento do ministro, tendo em vista que as oscilações da moeda também preocupam a sua empresa. Para ele, o atual ministro da Fazenda tem um perfil técnico, o que passa confiança. No entanto, o problema é que, neste momento, “Brasília está mais preocupada com as eleições”.

Guardia listou ainda que o governo tem uma agenda para cumprir até o final do ano, que inclui mudanças da PIS/Cofins. Segundo ele, será impossível fazer uma reforma tributária ampla neste momento. Para Guardia, esta depende de reformas fiscais, como a da Previdência Social.

Com PIB menor e mais incertezas, indústria corta investimentos

19/06/2018 – Fonte: GS Notícias/ Terra

Até março, empresas do setor planejavam investir mais que no ano passado e, agora, a estimativa é de queda de 0,4%, segundo levantamento da Fiesp; greve dos caminhoneiros e pressão externa influenciaram mudança de expectativa

A constatação de que a economia deve crescer menos do que o esperado fez os empresários da indústria cortarem investimentos previstos para este ano. A greve dos caminhoneiros, que tirou quase 15 dias de faturamento das empresas, ampliou as incertezas no mercado interno, que já embutia o risco eleitoral. As pressões externas, que culminaram com a alta do dólar, também aumentaram as preocupações do setor.

Duas pesquisas revelam que, nas últimas semanas, os empresários ficaram receosos em prosseguir com investimentos que gerassem aumento de produção, diante de uma ociosidade entre 25% e 30% nas fábricas. Na semana passada, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cortou a projeção de investimento do setor para este ano.

Em março, a expectativa, baseada na consulta a 442 empresas, era de que seria investido 1,2% mais do que em 2017. Agora, a estimativa é de queda de 0,4% ou R\$ 503 milhões a menos. Com isso, o aporte total deve ser de R\$ 117,3 bilhões. “O grande

problema foi a redução da projeção do PIB e a greve", afirma o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

Outra pesquisa mostra que os empresários da indústria começaram a segurar os investimentos antes mesmo da greve. O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria do segundo trimestre, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV com cerca de 700 empresas em abril e maio, caiu 7,6 pontos em relação ao primeiro trimestre. O resultado é quase o mesmo do fim de 2017 e está abaixo da média registrada antes da recessão de 2014. "É um sinal preocupante porque 95% das indústrias foram consultadas antes da greve, que adicionou mais incertezas", diz o superintendente de Estatísticas Públicas da FGV/Ibre, Aloisio Campelo Jr.. Se a apuração tivesse ocorrido na época da greve, ele acredita que o resultado seria pior.

Efeitos. A retração de aportes da indústria afeta o investimento total da economia. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta para este ano aumento de 4,5% da Formação Bruta de Capital Fixo, que mede o investimento. Seria o primeiro avanço desde 2013.

Segundo o diretor do Ipea, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diante das incertezas, a alta deverá ser menor. "Os efeitos de se investir menos são perda de renda e de crescimento do PIB e a redução na capacidade de produção", diz Souza Júnior. Além disso, acrescenta Roriz Coelho, sem investimento em modernização, a produtividade cai e o País fica ainda mais distante de competidores globais.

Para o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Rafael Cagnin, investimento em pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, deveria ser contínuo, e interrompê-lo significa que talvez não possa ser resgatado. Segundo ele, grandes investimentos estão fora do radar e a retomada só deve ocorrer após a eleição.

Indústria 4.0 e o futuro da construção são discutidos em reunião da Comat/CBIC

19/06/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 17/06/2018)

"O futuro passa por novas tecnologias que tenham menor impacto ambiental, custo viável, atendam aos requisitos de desempenho e aumentem a produtividade", afirma Vanderley M. John, da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP).

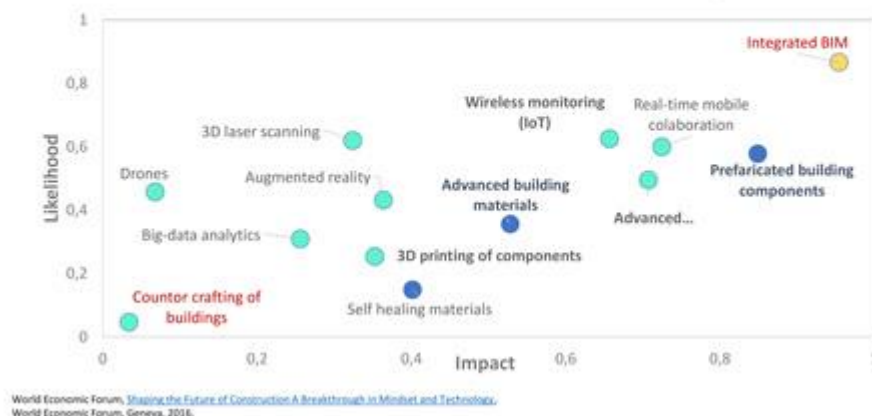
Nesta quinta-feira (14), durante reunião da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em Brasília, o especialista apresentou a unidade em que trabalha, cujo foco é promover a inovação, e discorreu sobre a Indústria da Construção 4.0. A palestra foi transmitida online pela página da CBIC Brasil no Facebook e pode ser assistida por [este link](#).

Segundo o professor, a quarta revolução industrial vai gerar um enorme crescimento econômico e reorganizar o setor da construção. "Ninguém sabe muito bem como classificar as tecnologias que estão surgindo, mas elas vão mudar a indústria", assegurou. Como exemplos dessas mudanças, estão o compartilhamento digital de informações, a produção digital (impressoras 3D e customização em massa), a automatização de processos mentais e a coleta de dados por sensores.

Já entre as tecnologias emergentes, temos a internet das coisas (IoT), a inteligência artificial (AI), a manufatura aditivada, a realidade aumentada, a análise de Big Data e o Building Information Modeling (BIM) – sendo que, diz um estudo do Fórum Econômico Mundial, esta última é a nova tecnologia com maior probabilidade de aplicação e impacto futuro na construção. Como resultado, toda essa revolução traduz-

se em maiores flexibilidade, velocidade de produção, qualidade do produto, produtividade, participação do cliente, além do surgimento de novos modelos de negócio.

Probabilidade e impacto futuro de novas tecnologias na construção



“Como em qualquer revolução industrial, surge um design dominante. Não sabemos qual será o da Indústria 4.0 na construção, mas vai surgir um. Estamos nesse estágio de definição. E o que podemos fazer?”, questionou. De acordo com Vanderley John, o setor tem a oportunidade de ajudar a formatar o futuro. Para isso, ele sugere, por exemplo, participação na Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, do governo federal; melhoria nas aprovações técnicas, o que ajudaria a qualificar o mercado; e medição de resultados, como a da satisfação dos clientes. “Temos que passar a medir as coisas. Informação é tudo”, resumiu.

Ainda na reunião, Dionyzio Klavdianos, presidente da Comat/CBIC, fez um balanço do trabalho da comissão no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), realizado no mês de maio em Florianópolis/SC, e destacou o lançamento do Portal CBIC de Normas Técnicas da Indústria da Construção e o debate em torno da revisão da Norma de Desempenho. “O Enic teve um padrão técnico de discussão muito elevado e o setor só tem a ganhar”, comentou. Também lançado no encontro nacional, a 22ª edição do Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade está com as inscrições até 31 de agosto.

Quanto à Norma de Desempenho (ABNT NBR 15.575), foi apresentado o planejamento proposto para a revisão da norma. Klavdianos reforçou que o pedido de abertura da comissão de estudos já foi feito à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) durante o 90º Enic, com previsão de início para setembro. Até lá, a CBIC pretende refinar a proposta dos textos-base para subsidiar as comissões de estudo da ABNT na revisão.

Esteira transportadora: descubra como investir nas linhas de produção

19/06/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 17/06/2018)

A linha de produção das indústrias utiliza de diferentes ferramentas para um perfeito funcionamento. Implantada pelo setor automobilístico no século XX, outros tantos segmentos, como o alimentício e de roupas e calçados, passaram a aderir a série de procedimentos dentro das fábricas, de modo a contribuir para a otimização das montagens. Para tanto, é necessária uma combinação de mão de obra e equipamentos qualificados, como a esteira transportadora, para garantir que o produto seja finalizado conforme planejado. Realizar o acompanhamento dos procedimentos e garantir o bom funcionamento das máquinas torna o sistema mais rentável.

A expansão do conceito de produção permite que a montagem das peças e produtos seja realizada de maneira continuada, ou seja, a cada setor que o produto passa, ele recebe um tratamento diferente, até que seja concluído. Isso só é possível, graças ao auxílio de robôs e máquinas específicas, como a esteira transportadora, permitindo que o item seja manuseado por mais de um empregado.

Além de facilitar o trabalho, é a maneira da empresa aumentar a produtividade, com redução do desperdício de tempo e material. A partir da otimização dos processos, também é possível aperfeiçoar as técnicas, que garantem a qualidade e, dependendo do produto, a segurança. Tudo isso pode interferir diretamente no bolso do cliente, de maneira positiva, pois se a fabricação é realizada a custos menores, consequentemente, isso é repassado ao consumidor.

Produzir com qualidade e garantir a satisfação, devem ser os princípios que irão nortear as ações nas fábricas. Diante disso, é importante ponderar as necessidades dos funcionários, peças-chave para a continuidade das atividades. A qualificação e empenho ao desempenhar as funções são essenciais, porém, sem os instrumentos necessários, eles ficam com a capacidade limitada. No que se refere às máquinas, o mau estado de conservação e a falta de manutenção podem trazer grandes prejuízos. Por isso, é indispensável o constante monitoramento dos equipamentos e do potencial de produção que eles têm, de modo a realizar a troca sempre que necessário.

Um dos itens que compõe esse maquinário das grandes indústrias, e que possui papel fundamental no processo de produção, é a esteira transportadora, responsável pelo deslocamento da carga dentro do próprio local, entre os setores. Práticas, elas devem ser instaladas em locais estratégicos, para facilitar o manuseio pelos funcionários.

Segundo a Everest, especialista em máquinas para embalagem, a escolha do equipamento deve ser realizada de acordo com a necessidade, uma vez que ela pode ter várias funções. Além disso, priorizar a qualidade também é importante. "Procurar uma empresa que fabrique uma esteira sob medida é crucial para evitar desperdícios. Se atentar ao material utilizado na estrutura, e nas possibilidades de adaptação, podem garantir um maior aproveitamento do produto", afirma.

Além de preocupar-se com o estado da esteira transportadora, é preciso dispensar uma atenção para os procedimentos de segurança, que não podem ser deixados de lado. A Norma Regulamentadora 12 (NR-12) do Ministério do Trabalho, dispõe sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, e deve ser utilizada como guia para prevenir acidentes.

Cerâmica fabricada com eletricidade deforma como metal

19/06/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 17/06/2018)

Aplicando a corrente elétrica durante a sinterização, a cerâmica ganha maleabilidade, podendo ser facilmente moldada a temperatura ambiente.

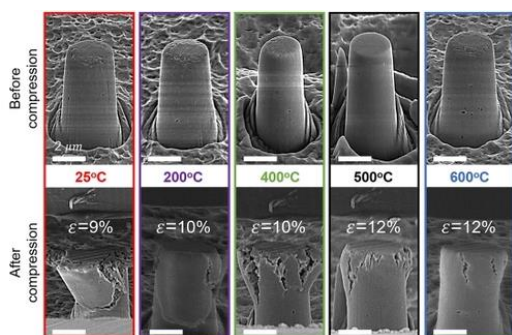
Sinterização flash

Há cerca de dois anos, pesquisadores holandeses conseguiram sintetizar cerâmicas flexíveis - um material que é tipicamente quebradiço fabricado na forma de folhas finas, que dobram-se como papel.

Agora, uma equipe da Universidade Purdue, nos EUA, encontrou uma forma de trabalhar com blocos maiores de cerâmica e torná-la quase tão maleável quanto um metal.

Com a técnica, a natureza tipicamente quebradiça da cerâmica pode ser minimizada, fazendo com que o material suporte cargas pesadas e abrindo caminho para a fabricação de peças mais resilientes, de revestimentos de lâminas de motores de aviões a implantes dentários.

O segredo está em aplicar uma corrente elétrica durante a fabricação da cerâmica, por um processo chamado sinterização, por meio do qual um material em pó coalesce em uma massa sólida - com a aplicação da eletricidade, o processo passa a ser conhecido como sinterização flash.



Cerâmica maleável

Os testes foram feitos com uma cerâmica conhecida como YSZ, sigla para "zircônia estabilizada com ítria", uma cerâmica bem-conhecida e com largas aplicações termais - as cerâmicas são isolantes térmicos excepcionais.

Aplicando a corrente elétrica durante a sinterização, a cerâmica ganha maleabilidade, podendo ser facilmente moldada a temperatura ambiente. E a novidade aqui está em comprovar essa maleabilidade também sob altas temperaturas, justamente as condições nas quais a cerâmica tipicamente opera em condições reais.

Enquanto os metais podem ser tensionados entre 10 e 20% sem se quebrar, as cerâmicas tipicamente se fraturam com uma tensão de apenas 2 a 3%. Com o processamento por sinterização flash, o material resiste a tensões entre 7 e 10%.

"No passado, quando aplicávamos uma carga elevada a temperaturas mais baixas, um grande número de cerâmicas falhava catastróficamente sem aviso. Agora, podemos ver as rachaduras aparecendo, mas o material permanece coeso; isso é uma falha previsível e muito mais segura para o uso da cerâmica," disse o professor Xinghang Zhang.

Comitê Gestor regulamenta a forma de divulgação das futuras versões dos leiautes e manuais do eSocial

19/06/2018 – Fonte: Relações do Trabalho (publicado em 18/06/2018)

Foi publicada a [Resolução nº 15, de 12 de junho de 2018](#), pelo Comitê Gestor do eSocial, que regulamenta a forma de divulgação de novas versões corretivas e evolutivas dos leiautes e manuais do eSocial.

A resolução estabelece que essa divulgação se dará por meio da publicação no portal do eSocial dos seguintes documentos:

- I - Notas Técnicas - NT, que visam a efetuar ajustes corretivos nos leiautes do eSocial em produção, enquanto aguarda a publicação de nova versão do leiaute;
- II - Notas Orientativas - NO, que visam a orientar quanto à correta interpretação de conteúdo, fluxo e preenchimento dos eventos do eSocial, enquanto aguarda a publicação de nova versão do MOS (Manual de Orientação do eSocial); e
- III - Notas de Documentação Evolutiva - NDE, que visam a dar a publicidade à especificação de leiautes do eSocial, com data de implantação futura.

O Comitê Gestor esclarece também, na Resolução nº 15, que as futuras versões de leiaute do eSocial a serem publicadas devem contemplar a consolidação dos ajustes promovidos por meio de NTs e a incorporação das NDEs, se for o caso.

Para conferir o cronograma completo de implantação do eSocial, clique [aqui](#).

Evento na Câmara avalia o primeiro ano da reforma trabalhista

19/06/2018 – Fonte: Agência Câmara

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados lança hoje a Campanha Jornadas Brasileiras de Relações do Trabalho.

A intenção do evento é debater e dar efetiva divulgação aos principais pontos da nova lei trabalhista ([13.467/17](#)).

Entre as alterações da reforma está a criação do trabalho intermitente, em que o trabalhador é contratado por período determinado, podendo prestar serviços para outra empresa em seu tempo de folga; o trabalho remoto, que poderá ser realizado na casa do trabalhador; e a rescisão contratual, que poderá ser feita fora do sindicato, como acontece atualmente.

Foram convidados para a solenidade de lançamento, marcada para as 17 horas, no Salão Nobre, o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, desembargador Bento Herculano Duarte Neto, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alexandre Agra Belmonte.

[Confira a lista completa de convidados.](#)

O evento poderá ser acompanhado ao vivo pelo [WebCamara](#).

A reforma trabalhista e o poder do Supremo Tribunal Federal

19/06/2018 – Fonte: Granadeiro Adv. (publicado em 18/06/2018)

Discussões sobre a Reforma Trabalhista voltaram à pauta pública neste mês com a proximidade do julgamento, no próximo dia 28 de junho, das primeiras ações diretas de inconstitucionalidade contra pontos da lei no Supremo Tribunal Federal (STF).

O tema já havia causado polêmica no mês passado, quando o ministro Edson Fachin indicou que, caso o plenário não resolva uma das questões pendentes no dia 28 – sobre compulsoriedade da contribuição sindical –, ele poderá conceder liminar monocrática restaurando a obrigatoriedade da cobrança.

Fachin reacendeu no setor privado incertezas sobre o futuro da reforma em si. E, em um momento em que são esperadas novas reformas estruturais para os próximos anos, o debate também retoma os questionamentos sobre os limites da atuação do Judiciário em bloquear ou alterar leis e reformas aprovadas (ou planejadas) pelo Congresso e Executivo.

Os pontos em discussão no Supremo

Aprovada em julho de 2017, a Lei Federal 13.467 – conhecida como Reforma Trabalhista – tem pendentes hoje 26 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) perante o STF.

As duas primeiras – ambas de relatoria de Fachin – versam sobre a contribuição sindical facultativa e sobre trabalho intermitente. Aliás, a maioria destas 26 ações, totalizando 18 ADIs, discute a contribuição sindical. Todas estão sob relatoria de Fachin (são as ADIs 5945, 5923, 5912, 5900, 5892, 5888, 5887, 5885, 5865, 5859, 5850, 5815, 5813, 5811, 5810, 5806 e 5794, e a ADC 55). As outras ações questionam:

- a) Contrato de Trabalho Intermitente, também sob relatoria de Fachin: ADIs 5806, 5826, 5829 e 5950.
- b) Acesso à Justiça gratuita: ADI 5766. Única que já começou a ser discutida pelo plenário, teve o julgamento suspenso por pedido de vista do ministro Luiz Fux.

Até aqui, votaram os ministros Roberto Barroso e Edson Fachin, em sentidos opostos. Barroso defendeu a constitucionalidade dos dispositivos que alteram a gratuidade da justiça dos trabalhadores que comprovem insuficiência de recursos, mas propôs critérios um pouco mais amplos do que os previstos na reforma. Fachin, por sua vez, afirmou que as novas regras são absolutamente inconstitucionais.

- c) Correção do depósito recursal: ADI 5867. Apresentada pela Associação dos Magistrados da Justiça Trabalhista (Anamatra), questiona dispositivo da reforma que estabeleceu a correção do depósito recursal no processo trabalhista com os mesmos índices da caderneta de poupança. Gilmar Mendes é o relator.
- d) Indenização por dano moral: ADI 5870. Também de autoria da Anamatra, impugna norma que estabelece limite para fixação de valores da indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho. Para a entidade, a lei não pode impor limitação ao Judiciário para fixação de indenização por dano moral, sob pena de limitar o exercício de jurisdição. O relator, ministro Gilmar Mendes, aplicou o rito abreviado, quando o plenário aprecia diretamente o mérito da ação.
- e) Atividade de gestantes e lactantes: ADI 5938. Apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, discute a norma da Reforma Trabalhista que permitiu mulheres gestantes e lactantes a trabalharem em atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo. O relator, ministro Alexandre de Moraes, aplicou o rito abreviado.

A velocidade de tramitação de cada uma dependerá em parte da importância que cada relator dá à reforma. O fato de as duas primeiras ADIs a serem analisadas serem de relatoria de Fachin não surpreende: o ministro, ligado a movimentos sociais e sindicais e considerado de esquerda e pró-trabalhador em temas econômicos e trabalhistas, acelerou a movimentação das ações justamente por priorizar o tema.

Fachin também lida com temas trabalhistas fora da Lei 13.467/2017. E ele não quer esperar que a Reforma Trabalhista torne-se fato consumado e, com isso, esvazie a contestação judicial; por isso já indicou que vai conceder liminar monocrática restaurando a contribuição sindical obrigatória caso o plenário adie o julgamento.

Fachin é relator das matérias tidas como o “coração” da reforma trabalhista, como trabalho intermitente, convenção sobre banco de horas, contribuição sindical e primazia do negociado sobre o legislado.

A posição dos ministros sobre a reforma trabalhista. Apesar de não ser possível afirmar categoricamente como os outros ministros irão se posicionar a respeito das ações, atores institucionais interessados na reforma em geral acreditam que a maioria do Supremo tende a aprová-la.

Observadores do Supremo – internos e externos – entendem que há um núcleo duro pró-reforma, que é composto por Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Carmen Lúcia e Alexandre de Moraes. Eles apoiariam a reforma como um todo – talvez concordando com ajustes em casos específicos, colaterais, mas mantendo a estrutura da Lei 13.467/2017. Este grupo poderia ter a adesão de Dias Toffoli.

De acordo com as mesmas fontes, outros quatro ministros teriam visão mais crítica: os já esperados Fachin e Rosa Weber, aliados a Ricardo Lewandovski e possivelmente Celso de Mello. O ministro Marco Aurélio, mesmo oriundo da Justiça Trabalhista, é uma incógnita. Mas como a maioria é pró-reforma, a visão geral é que o Supremo vai aprovar a reforma trabalhista como um todo – ou pelo menos deixar que ela seja consumada e acabe impossível de ser derrubada.

É por isso que partidos que votaram contra a reforma, como PT e PSOL, evitaram entrar com ADIs no STF – eles temem que o Supremo, uma vez instado a se posicionar,

dê um carimbo de constitucionalidade e legitimidade à reforma, dificultando ações pontuais contra ela em outras instâncias.

Por outro lado, algumas matérias devem ser facilmente derrubadas pelo Supremo: a limitação da indenização por danos morais ao salário da "vítima", chegando a no máximo 50 vezes seu salário em casos de ofensa gravíssima; e o trabalho de mulheres gestantes e lactantes em ambientes insalubres (tratado na ADI 5.938).

No tema específico do acesso à Justiça, sobre o qual há uma ADI a espera de julgamento (ver lista acima), há duas incógnitas: Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello. Eles podem ser os fiéis da balança que decidirão o tema.

O que os ministros levam em conta na hora do voto

O STF, em alguns temas de impacto econômico e social, é mais "consequencialista", ou seja, é mais sensível aos impactos sociais e econômicos de suas decisões mesmo se elas contrariam uma interpretação mais inflexível da lei.

E esta avaliação não é desta composição do Supremo apenas. Há vários casos no passado de cálculos do tribunal no julgamento de temas sensíveis. Um dos exemplos mais mencionados do caráter "consequencialista" do Supremo é o debate sobre o sequestro da poupança promovido no governo de Fernando Collor.

À época, os ministros temiam tomar decisões definitivas antes de saber se o plano daria certo, preferindo não fechar totalmente a discussão. Na Reforma Trabalhista, similarmente, não seria surpreendente que os ministros levassem um tempo para tomar decisão de maior escopo enquanto o impacto econômico fica mais claro.

Neste sentido, e apesar de Fachin, há expectativas de que os ministros não encerrarão a questão da Reforma Trabalhista de imediato, preferindo dar mais tempo para que os efeitos da reforma sejam sentidos. Se, por exemplo, as medidas realmente conduzirem a uma maior geração de empregos, é pouco provável que o STF interfira e julgue a reforma inconstitucional.

Conforme fontes ouvidas pelo JOTA, há inclusive expectativa de que algum ministro do STF possa pedir vista, deixando as ações para serem julgadas apenas no próximo governo.

O momento em si tampouco é propício a decisões terminativas. Um tema tão complexo tende a exigir várias sessões para resolução, e um julgamento marcado para começar no final de junho, durante a Copa do Mundo e antes do recesso de julho, e em ano eleitoral tem ainda menos chances de ser encerrado rapidamente.

O TST e as instâncias inferiores

Assim como no STF, há também um racha na Justiça do Trabalho sobre o tema da reforma. O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) João Batista Brito Pereira é um liberal e tem opinião mais pró-reforma, conforme seus colegas, mas não mistura sua posição pessoal com a condução dos trabalhos.

Prova disso foi chamar para cargos importantes de direção do TST dois colegas publicamente contrários à reforma. Pereira, ao contrário do antecessor, Ives Gandra Martins Filho, é um conciliador e não vai acelerar o debate sobre a reforma no TST.

O mais provável, segundo atores da Justiça Trabalhista ouvidos pelo JOTA, é que temas da reforma sejam julgados aos poucos em instâncias inferiores, amadurecendo lentamente o assunto até que cheguem ao TST para que então se unifique e defina um entendimento sobre a legislação. Na visão de alguns ministros do TST, esses temas podem demorar cerca de dois anos até chegarem ao tribunal.

Os críticos da reforma têm afirmado que há mais chances de questionamentos serem bem sucedidos no TST e na Justiça do Trabalho do que no STF.

Por fim, há uma grande questão em aberto sobre a reforma: Raquel Dodge, procuradora-geral da República, é uma incógnita. Ela ainda não assinou nenhum dos pareceres sobre matéria trabalhista enviados a seu gabinete.

E as reformas futuras?

A discussão sobre o escopo dos potenciais ajustes que fará o STF sobre a Reforma Trabalhista rapidamente foi extrapolada para o debate mais amplo sobre o poder do Supremo em barrar medidas impopulares daqui para frente – em especial a reforma da Previdência.

Em tese, o STF sempre teve o poder de declarar inconstitucional uma política pública, aí incluídas reformas. E isso foi feito em inúmeros casos, podendo-se destacar a reforma da Previdência aprovada em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso. Mas o debate, que não é novo, ganhou importância em um cenário de incertezas e desgaste das relações entre o STF e o Congresso. E é verdade que desde 2003 o órgão é considerado menos deferente ao Congresso do que antes. Há inúmeras razões para isso:

A composição do Congresso: Desde 2003, foram nomeados vários ministros considerados “ativistas”, incluindo Joaquim Barbosa, Ayres Britto (ambos aposentados) e Lewandowski;

O processo gradual de individualização do poder dos ministros, que cada vez mais passam a decidir temas monocraticamente em vez enviar ações ao plenário;

A atuação dos partidos políticos que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passaram a se utilizar mais do STF – a exemplo do próprio PT – para travar disputas políticas. Hoje, quase toda medida legislativa é questionada na Justiça; e

A deterioração da relação entre o Congresso e o STF: era comum antigamente o Supremo discutir com o Congresso possíveis barreiras constitucionais a projetos de lei antes de sua aprovação. Nem sempre esse diálogo impedia que matérias fossem aprovadas em desconformidade com a Constituição, mas havia um diálogo mínimo.

Sob a liderança de Carmem Lúcia, este diálogo não tem ocorrido. Espera-se uma mudança de comportamento na gestão de Dias Toffoli, a partir de setembro.

Em última análise, é preciso lembrar que o Supremo no Brasil é um órgão político. Ele toma decisões levando em conta a realidade política do país. Isso significa que, se o Brasil precisar de uma reforma urgente diante da deterioração das contas públicas, a tendência é que o STF não interfira. Afinal, como dito antes, em decisões de grande impacto para o governo – sejam econômicas ou políticas – o Supremo hoje é mais consequencialista do que formalista.

No caso da esperada Reforma da Previdência, vários fatores deverão ser avaliados na tentativa de entender como o Supremo deverá se comportar. No próximo ano, será preciso analisar quem será o presidente do Brasil; qual o desenho final de uma eventual reforma; qual negociação será feita com o STF durante os debates para aprovação; quem será o interlocutor de um possível diálogo com o STF; qual ministro seria o relator de uma hipotética ação contrária no Supremo; e qual a urgência da reforma para as contas públicas.

Artigo: A vitória da modernização do Brasil

19/06/2018 – Fonte: O Globo (publicado em 18/06/2018)

A comissão da OIT não acatou a acusação de que o Brasil estaria violando a Convenção 98, o que já representa um entendimento favorável à nova lei

O Brasil saiu vitorioso de um embate protagonizado este mês, na 107ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça. Apesar da injustiça cometida pela própria OIT, ao incluir a modernização da legislação trabalhista brasileira em uma lista de casos suspeitos, que deveriam ser examinados por sua Comissão de Normas, os debates que se seguiram apontaram para o óbvio de que a nova lei respeita os direitos previstos na Convenção 98 daquela entidade.

Depois de ouvir os argumentos dos trabalhadores e dos empregadores, além de uma defesa eminentemente técnica do Ministério do Trabalho, a organização não se manifestou sobre o mérito do caso. Solicitou apenas que o Brasil apresente novos esclarecimentos sobre a questão, o que deverá ser feito até novembro, para que então se tenha um posicionamento definitivo da OIT.

Essa atitude demonstrou que as alegações contra a Lei 13.467/2017, em vigor desde novembro do ano passado, não faziam sentido e não deveriam estar em pauta na comissão. Afinal, não havia base técnica nas argumentações contrárias e estava sendo desrespeitado o prazo normal para a análise da reforma trabalhista. O único propósito desse desrespeito era dar projeção internacional aos opositores da modernização, com um discurso político-partidário sem base técnica.

A comissão da OIT, no entanto, não acatou a acusação de que o Brasil estaria violando a Convenção 98, o que já representa um entendimento favorável à nova lei. Sabe-se que a comissão costuma ter posicionamentos muito claros quando quer expressar preocupação ou dizer que algum país não segue determinadas normas. No caso específico do Brasil, não houve qualquer manifestação nesse sentido.

Percebe-se que a comissão não acolheu a tese apresentada. Além disso, admitiu que a análise foi feita fora do ciclo regular, sem obedecer aos prazos previstos, pois o caso brasileiro só deveria ser avaliado em 2019, dentro de um processo normal, e não na conferência deste ano. Agora, o Ministério do Trabalho está elaborando o relatório pedido pela OIT, com informações que reforçam a conformidade da reforma trabalhista com a Convenção 98, já que ambas promovem negociações livres e irrestritas nas relações de trabalho.

Como os membros da comissão da OIT puderam constatar, a nova legislação trabalhista não só encoraja a negociação coletiva, como reforça o direito de opção dos trabalhadores em uma negociação voluntária, considerando as alternativas mais favoráveis. Ao proporcionar segurança jurídica e confiabilidade à negociação coletiva, sem tirar a proteção aos trabalhadores, a modernização trabalhista está trazendo as relações de trabalho em nosso país para a realidade do Século 21. Ela ainda pode e deve ser aprimorada, mas os resultados já observados até aqui confirmam que o Brasil está avançando.

Sim, o Brasil da geração de empregos, do desenvolvimento econômico e social, está de volta. Ainda com um longo caminho a percorrer, é verdade, mas promovendo e fortalecendo o diálogo entre trabalhadores e empregadores, agora com segurança jurídica e a garantia dos direitos constitucionais. O que se viu em Genebra foi que aqueles que resistem às mudanças necessárias para o crescimento estão perdendo força. A Conferência da OIT serviu apenas como oportunidade para o Brasil mostrar à comunidade internacional os avanços trazidos pela nova legislação.

Helton Yomura é ministro do Trabalho

Crise estimula busca por inovações da indústria na área da construção civil

19/06/2018 – Fonte: DCI

Queda do número de empreendimentos forçou empresas do setor, considerado bastante conservador, a reavaliar operações e discutir métodos de modernização em toda a cadeia



A crise impulsionou a procura por modernização na construção civil. Iniciativas buscam trazer mais tecnologia à atividade – desde o planejamento até o acabamento final das obras – em um setor cujos métodos ainda são considerados “defasados”, de acordo com fontes da indústria.

“A queda após o ápice da construção civil fez as empresas reavaliarem suas operações e reposicionarem o volume de negócios visando a sustentabilidade”, avalia o diretor presidente do Centro de Tecnologia de Edificações (CTE), Roberto de Souza.

A CTE tem promovido desde o início de 2018 um núcleo de relacionamento, pesquisa e negócios chamado Rede Construção Digital. Reunindo representantes de toda a cadeia (fabricantes, projetistas, incorporadores e construtoras), o grupo pretende realizar pesquisas para identificar lacunas e disseminar soluções tecnológicas no mercado. “É um esforço setorial para discutir inovações e impulsionar o sistema construtivo. Além de promover a digitalização, essa rede gera negócios ao aproximar diferentes agentes da cadeia”, explica Souza. Fazem parte do núcleo mais de 30 empresas, entre elas a Basf, Cyrela, Deca, Eztec, Gafisa, MRV, Saint-Gobain, Samsung, Schneider e Thyssenkrupp.

O arquiteto de soluções da Schneider Electric, Marcos Felício, afirma que o objetivo é, através da troca de conhecimentos entre as empresas, promover o desenvolvimento do setor como um todo. “Identificamos que a construção civil está muito atrasada, ainda utilizando os mesmos métodos tradicionais há décadas.”

Ele conta que o papel da Schneider é trazer a experiência da companhia em gerenciamento de energia e de internet das coisas (IoT). “A Thyssenkrupp, por exemplo, tem elevadores com IoT. Mas só ele isolado não significa nada. Nós conseguimos fornecer um sistema que o integra ao ar condicionado, sistema anti-incêndio, controle de acesso. As coisas têm que ser inteligentes, mas também trabalhar juntas.”

Para Felício, o maior entrave a esse tipo de aplicação não é o acesso às soluções, mas mudança de mentalidade do setor. “Temos toda a tecnologia disponível, mas ainda não faz parte da visão do mercado.”

O gestor executivo de inovação da MRV Engenharia, Flávio Vidal, concorda com o diagnóstico. “A construção é um segmento mais atrasado nessa questão de tecnologia. As discussões ainda estão no começo, é um setor mais conservador. Uma mudança de cultura das empresas não vai ocorrer do dia para noite.

” Vidal destaca que o fato do ciclo da construção civil ser mais longo faz com que qualquer transformação seja mais demorada. “Em muitos casos, estamos falando de três a cinco anos do início ao fim de uma obra. Podemos estar discutindo agora uma

mudança que só vai ocorrer no futuro.” O executivo da MRV diz que a empresa já se preocupava com inovações, mas vê o setor como um todo se movimentando após a crise. “É um desafio se abrir a possíveis erros ou a investimentos que não trazem resultados tão rápidos. Mas nesses momentos difíceis, é preciso pensar diferente. Quem não tiver essa iniciativa agora vai ficar muito para trás.”

Normas e financiamento

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Rodrigo Navarro, aponta que a inovação nos canteiros de obras não depende apenas da aplicação de tecnologia, mas também da conformidade técnica e fiscal e da capacitação da mão de obra. “Não adianta ter um equipamento inovador que não esteja em conformidade com as normas ou se o funcionário não é capaz de operar.” Ele acredita que o esforço setorial está ocorrendo, mas necessita também do apoio governamental. “O mercado não vai fazer essa modernização sozinho. Tem que haver estímulos, como linhas de financiamento. Nossa indústria está muito atrasada.”

Vidal destaca que a discussão sobre normas técnicas também afeta o financiamento do setor. “A linha do Minha Casa, Minha vida, feita pela Caixa Econômica Federal, tem uma série de exigências normativas. No caso de uma inovação em que a norma não exista, é preciso criá-la, investir e desenvolver ensaios.”

Construção civil contrata 443 em abril

19/06/2018 – Fonte: DGABC



Resultado positivo indica retomada gradual do setor; saldo anual está negativo em 602 postos

Os canteiros de obras do Grande ABC encerraram abril com criação de 443 postos de trabalho. Comparado a igual mês no ano passado, quando o saldo – diferença entre número de admissões e demissões – foi de 67 funcionários, o ritmo de contratação está seis vezes maior. Os dados foram divulgados ontem pelo SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo).

Na avaliação de Sérgio Ferreira dos Santos, diretor adjunto da unidade regional de Santo André da entidade, o resultado reflete processo lento de recuperação do ramo. “O setor não está como deveria. O que acontece é que o nível de emprego estava muito ruim e agora pelo menos parou de cair”, aponta. Para se ter ideia, em 2017, o saldo ficou negativo em 3.173, o equivalente a nove dispensas por dia.

“Atualmente, não temos um número crescente de vendas, mas a procura está maior”, pontua Santos. “No entanto, a construção precisa que os outros setores estejam seguros. Se o comércio ou a indústria vão mal, as pessoas não têm confiança para investir na compra de um imóvel, que é um investimento de longo prazo.”

A cidade com o melhor desempenho mensal foi São Caetano, com adição de 290 empregados. Santos destaca que embora seja positivo, o número ainda é pequeno. “(Esse número) É equivalente a apenas uma ou duas obras que começaram ou, ainda, alguma construção que avançou um pouco, o que não indica retomada total do setor.”

Na contramão, apenas Santo André e Ribeirão Pires ficaram com saldo negativo, em 159 e nove postos, respectivamente. No País, em abril, foram contratados 17.030 trabalhadores, enquanto no Estado foram 4.739 operários a mais.

No quadrimestre, as sete cidades totalizaram 602 dispensas. Com saldo negativo de 380 operários, Diadema conta com o pior resultado no período, enquanto São Bernardo soma criação de 290 vagas.

O diretor adjunto afirma que a entidade não projetou resultados para os próximos meses, contudo, o setor está otimista. "Sempre que a economia do País começa a evoluir, algum fato, como delações ou a greve (dos caminhoneiros), interfere", pontua.

A incerteza acerca dos resultados das eleições, de acordo com Santos, também prejudica o desempenho, dado que os empresários sentem-se inseguros para anunciar e iniciar empreendimentos.

Outro fator foi a greve dos caminhoneiros, em maio, que durou 11 dias. Ainda que não interfira no nível de emprego, a paralisação afetou a confiança do mercado, assim como prejudicou o abastecimento das construções. "Em algumas obras, o material irá chegar com mais de um mês de atraso e o construtor acaba perdendo prazos", salienta.

ANP diz que 31 empresas aderem à nova fase programa de subsídio ao diesel

19/06/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 18/06/2018)

Um total de 31 companhias, dentre produtoras e importadoras, inscreveram-se para participar da segunda fase do programa de subsídios ao diesel, do governo federal, em vigor entre 8 de junho e o fim de julho, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em seu site.

Dentre as inscritas, estão a Petrobras —que detêm quase 100 por cento da capacidade de refino no país— além das pequenas refinadoras Refinaria de Petróleo RioGrandense e Dax Oil Refino S.A., assim como diversas importadoras, como a Alesat Comercial Importações e Exportações Ltda.

As 31 empresas, de acordo com a agência reguladora, se inscreveram até esta segunda-feira.

O programa de subvenção ao combustível, do governo federal, foi criado como resultado das negociações para encerrar uma greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias em maio e protestava contra os altos preços do combustível.

O objetivo do governo é que as empresas reduzam seus preços, sem que sejam prejudicadas financeiramente.

Ao aderirem ao programa, as produtoras e importadoras se comprometeram a congelar os seus preços de comercialização do diesel no país em valores estipulados pelo governo federal, ao passo que serão ressarcidas em até 30 centavos por litro pela União, dependendo das condições do mercado.

ANTT defende tabelamento de frete e afirma que suspensão lançará Brasil no caos

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

Depois de manifestações negativas sobre o tabelamento de preços mínimos de frete enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) veio em defesa da medida, uma das principais reivindicações dos caminhoneiros atendidas pelo governo federal durante a greve da categoria.

Responsável pela resolução que definiu a tabela de preços mínimos, vinculada a Medida Provisória 832/2018, a ANTT afirma que os valores de frete rodoviário estavam sendo subestimados, sendo necessária a intervenção estatal no setor para garantir a saúde econômico-financeira das empresas, cooperativas e autônomos. Segundo a agência, a suspensão do tabelamento "lançará o País no mesmo caos em que se encontrava dias atrás".

O parecer foi feito a pedido do ministro do STF Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida na Suprema Corte, e enviado através da Procuradoria Geral Federal, pelo Departamento de Contencioso da Advocacia-geral da União (AGU).

Apesar de defender a manutenção do tabelamento e a necessidade de intervenção estatal no setor, a ANTT atenta que as negociações em torno do frete "ainda não estão definitivamente encerradas", e que a medida, "emergencial", pode ser reavaliada.

"As negociações ainda não estão definitivamente encerradas. Pode-se dizer que a adoção do tabelamento foi sim medida emergencial, mas pode ser reavaliada. De se dizer que o fato de o valor do frete ter aumentado, conforme o exemplo trazido na petição inicial, não significa que não foram observados parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade. O fato é que, em princípio, os custos para o transporte de cargas subiram e o frete não acompanhou, impondo o prejuízo aos trabalhadores motoristas", justifica a ANTT.

A segurança nas estradas também é citada como um dos motivos do tabelamento pela agência, para quem os preços "aviltados" estavam comprometendo a manutenção dos veículos de transporte de carga.

"A execução do transporte rodoviário remunerado de cargas em valores inferiores aos definidos pela Agência pode mostrar-se prejudicial para sustentabilidade do setor, além de ensejar aumento no número de sinistros envolvendo veículos utilizados no transporte rodoviário de cargas", afirma a ANTT ao STF.

Assim como o parecer enviado pela AGU, o trecho da Constituição que prevê a possibilidade de o Estado intervir no domínio econômico para "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social" são citados para justificar a medida.

O argumento chegou a ser rebatido pelo Ministério da Fazenda, quando a pasta enviou na última sexta-feira (15) manifestação ao STF. A Fazenda argumentou que os problemas em torno da adoção da medida fazem com que a MP não consiga assegurar esse propósito, além de criticar a ausência de uma análise "prévia" sobre os impactos da medida sobre a economia.

Por outro lado, a ANTT afirma que a conclusão do processo de tabelamento foi viabilizada pela "existência de estudos relativos ao mesmo tempo no âmbito da agência". "A tabela foi necessária para restabelecer uma situação de equilíbrio no mercado, e a ANTT fixou-a dentro dos estritos limites que a MP lhe permitiu."

Segundo a agência, mesmo com os preços mínimos, ainda há espaço para "intensa concorrência e liberdade de iniciativa no que se refere ao lucro do transportador".

Vamos esperar o STF decidir, diz Temer sobre tabela do frete

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

O presidente Michel Temer considera que o parecer contrário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ao tabelamento do frete rodoviário,

revelado pelo Broadcast/Estadão, não atrapalha a resolução definitiva da crise dos caminhoneiros.

Temer disse que há uma ação na Justiça sobre a questão e que o governo vai esperar o Supremo Tribunal Federal (STF) tomar uma decisão. O presidente falou com a imprensa após participar de almoço com líderes do Mercosul, nesta segunda-feira, 18, em Assunção, no Paraguai.

“Nós fizemos uma grande composição com os caminhoneiros, vocês perceberam o drama que foi, e conseguimos pacificamente desmontar o movimento. Agora, se o Supremo decidir de outra maneira, nós vamos obedecer”, declarou o presidente.

Como revelou o Estadão/Broadcast, o Cade faz duras críticas no documento à criação da tabela de preços mínimos pela Medida Provisória 832, feita pelo governo federal para atender à reivindicação dos caminhoneiros que paralisaram o transporte rodoviário brasileiro no fim de maio.

O conselho afirma que a tabela de frete cria uma espécie de cartel, tem graves efeitos ao consumidor, prejudica o mercado e representa uma afronta à livre concorrência.

A manifestação do Cade foi feita a pedido do ministro do STF Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida. Na sexta-feira, o Ministério da Fazenda também enviou um posicionamento contrário ao tabelamento de preços, enquanto a Advocacia Geral da União defendeu a medida.

Tabelamento de frete pode ser prejudicial aos caminhoneiros, diz Guardia

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou nesta segunda-feira, 18, que o tabelamento do frete poderá ser prejudicial aos caminhoneiros. Para ele, a medida vai verticalizar a atividade nas empresas, reduzindo a demanda por frete.

“O tabelamento pode acabar prejudicando aqueles que seriam beneficiados. Nós não temos como revogar a lei da oferta e da demanda por decreto”, disse, durante almoço com empresários do grupo Lide. “Mas eu acho que existe entre os caminhoneiros uma percepção maior de que a tabela do frete pode ser negativa para a própria atividade dos caminhoneiros”, comentou.

Em relação à economia brasileira, Guardia disse que a recuperação passa por todos os setores e conta com uma retomada “forte” dos investimentos.

Afirmou que é necessário dar continuidade ao processo de reformas, com mais ênfase na da Previdência. Além disso, declarou que considera difícil, no atual ambiente, pensar em uma reforma tributária “profunda”. “Não vamos nos iludir. Sem reforma da Previdência, não adianta pensar em reforma tributária.”

Segundo ele, sem reforma da Previdência, os gastos continuarão a crescer. O ministro ressaltou que não pretende reduzir nem aumentar impostos no momento.

De acordo com Guardia, o governo pretende calibrar as alíquotas nominais dos impostos. “Se quisermos implantar um IVA Imposto de Valor Agregado precisamos corrigir PIS e Cofins”, disse o ministro. “Nosso projeto até o fim do ano é simplificar o sistema do PIS/Cofins.”

O ministro ainda afirmou que é cético em relação a uma unificação do ICMS no momento. “Caminhar para tributação do ICMS no destino é impossível”, disse.

Cade diz que tabelamento do preço do frete configura formação de cartel

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviará nesta segunda-feira, 18, ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que afirma que o tabelamento do frete rodoviário, feito após um acordo feito pelo governo federal para encerrar a greve dos caminhoneiros, cria uma espécie de cartel, tem graves efeitos ao consumidor, prejudica o mercado e representa uma afronta à livre concorrência.

No documento, ao qual o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) teve acesso, o Cade faz duras críticas à criação da tabela de preços mínimos pela Medida Provisória 832.

A manifestação do Cade foi feita a pedido do ministro do STF Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida. Na quarta-feira, Fux enviou questionamento à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Cade, e fixou prazo de 48 horas para o governo se manifestar sobre o preço mínimo dos fretes.

A decisão do ministro sobre a MP pode ter um forte impacto para o País. Os caminhoneiros têm dito que, sem o tabelamento do frete, podem até voltar a paralisar as atividades.

Na sexta-feira, a Fazenda enviou posicionamento contrário ao tabelamento. A conclusão foi de que a tabela inibe a concorrência e deve elevar custos. A AGU, por sua vez, defendeu a medida e afirmou que o princípio da livre concorrência não é ferido, porque ele deve ser compreendido em análise conjunta com um trecho da Constituição segundo o qual, quando o poder econômico é exercido de maneira "antissocial", cabe ao Estado intervir para coibir o abuso.

O Cade traz o parecer mais severo sobre a impropriedade da medida. O conselho deixa claro que o tabelamento "não apresenta benefícios ao adequado funcionamento do mercado e ao consumidor final, que arcará com os aumentos de preço decorrentes de tal medida". E lembra ainda que o entendimento do Cade ao longo dos anos é que o tabelamento de preços é uma infração à ordem econômica, passível de condenação.

Problema

O preço mínimo para o frete virou uma armadilha para o governo. Já foram editadas duas versões da tabela. A primeira – que está em vigor – atendeu aos caminhoneiros, mas revoltou o agronegócio, que fala em aumentos de até 150% nos preços. A segunda procurou aliviar o custo aos produtores, mas contrariou os caminhoneiros. O governo a revogou. Uma terceira versão está em discussão. Mas o que o STF está avaliando é a constitucionalidade do tabelamento.

Fux exigiu um posicionamento do governo sobre isso, no âmbito de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil). A associação alega que a tabela "decreta o fim da livre iniciativa e da concorrência para 'acalmar' uma categoria furiosa, e irá, ao fim e ao cabo, liquidar as empresas de transporte rodoviário de 'commodities'".

O Cade cita decisões em que condenou tabelas de preços, como nos setores de serviços médicos, frete de combustíveis e agências de viagens, e no próprio setor de transporte de carga e logística, tomada este ano. "O Cade já analisou este tipo de situação e afirmou de maneira muito categórica de que há grande possibilidade de esse tipo de tabela gerar prejuízos à sociedade brasileira", reforça.

Uma das críticas é que a MP estabelece que os preços serão fixados com a participação de representantes das cooperativas e de sindicatos de transportes, que concorrem

entre si, o que estimula que combinem comportamentos e caracteriza uma espécie de cartel. Outro ponto é que, ao estipular um custo padrão, quem tem preço inferior poderá lucrar com os valores mínimos estabelecidos, já que não poderá cobrar abaixo da tabela.

Venda direta de etanol para os postos abre polêmica no setor

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná

Os grandes produtores, distribuidores e revendedores de etanol se uniram na tentativa de barrar o avanço de um projeto que libera a venda direta do combustível da usina para os postos. A abertura desse mercado impulsionaria pequenos produtores de álcool.

Previsto para ser votado pelo plenário do Senado nesta terça-feira (19), o texto acaba com o efeito de uma norma publicada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) em 2009, determinando que a venda do etanol só pode ser feita pelos produtores às distribuidoras, que, por sua vez, comercializam com os postos.

Ao apresentar o projeto após a greve dos caminhoneiros, o senador Otto Alencar (PSD-BA) argumentou que permitir a venda direta entre produtores e postos aumentará a concorrência, levando a uma redução no preço do etanol. Na Câmara, há outras propostas de teor semelhante.

Representantes das maiores empresas -produtores, distribuidores e revendedores- pressionam o Congresso contra o projeto. Estão juntos com a Unica (União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar), entidade que agrega empresas responsáveis por 60% da produção de etanol do país; a Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência); e a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes), que representa os postos.

O grupo justifica que pulverizar a distribuição de etanol vai dificultar a fiscalização, o que pode levar a uma piora na qualidade do produto e a uma elevação da sonegação de impostos.

"Para nós, isso não traz eficiência, ganho algum, seja para o consumidor, o revendedor ou o produtor. Essa falácia de que você vai sair com um caminhãozinho de dez mil litros para entregas picadas frequentes não funciona", afirmou o presidente da Plural, Leonardo Gadotti.

Para o presidente do conselho da Unica, Pedro Mizutani, o argumento de que os preços serão reduzidos é "balela". Ele explica que hoje as entregas aos postos são feitas por caminhões compartimentados que levam etanol, gasolina e diesel ao mesmo tempo. Segundo ele, a nova regra vai aumentar os custos de frete.

Em nota técnica, a ANP afirma que a liberação da venda direta exigiria mudanças na tributação que não estão previstas em lei. A incidência de PIS/Cofins e ICMS sobre as distribuidoras não teria como ser aplicada, o que levaria a uma queda de arrecadação perto de R\$ 2,2 bilhões ao ano.

Representados pela Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil), os produtores de etanol favoráveis à venda direta alegam que a medida reduziria o custo do combustível, ao excluir do processo as margens das distribuidoras e eliminar a necessidade do que chamam "passeio do etanol" -quando o produto tem que viajar da usina para a base das distribuidoras, mesmo que existam postos por perto.

"Só isso [o fim do passeio] baratearia uns R\$ 0,10 por litro", argumenta Alexandre Lima, presidente da Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil).

Lima afirma que 10% dos R\$ 265 bilhões que o setor movimenta ficam com as distribuidoras. Ele acusa as grandes distribuidoras de fazer lobby para impedir a mudança. "As unidades que têm produção muito alta de etanol têm medo de perder mercado", diz.

A Fenapla defende que a fiscalização de qualidade seja feita nos próprios postos com o uso de densímetro -equipamento que indica quando há mais água do que o permitido- e que a fiscalização tributária ocorra nas usinas.

Paraná é um dos 5 estados onde o etanol é mais vantajoso que a gasolina

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18/06/2018)



Etanol teve queda de 1,14% no preço na semana passada (Foto: Franklin de Freitas) 18/06/2018 às 23:02 Atualizado em 18/06/2018 às 23:02 Da Redação Bem Paraná Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros caíram em 14 Estados e no Distrito Federal na semana passada, segundo o levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas. Em outros 12 Estados as cotações subiram. Na média dos postos brasileiros pesquisados pela ANP, houve queda de 1,14% no preço do etanol na semana passada.

Os valores médios do etanol permanecem vantajosos sobre os da gasolina nos cinco Estados entre os maiores produtores do biocombustível do País - São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso. O levantamento considera que o combustível de cana, por ter menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Em Mato Grosso, o etanol é vendido em média por 57,68% do preço da gasolina, em Goiás em 61,41%, em São Paulo por 64,13%, em Minas Gerais a 63,60% e, no Paraná, a paridade está em 67,58% Na média brasileira, a paridade é de 64,48% entre os preços médios do etanol e da gasolina.

Em São Paulo, principal Estado produtor e consumidor, a cotação média do hidratado recuou 1,62% ante a semana anterior, de R\$ 2,835 para R\$ 2,789 o litro. No período de um mês, os preços do combustível subiram 6,73% nos postos paulistas.

A maior alta no preço do biocombustível na semana passada, de 2,26%, foi registrada em Sergipe. A maior queda semanal, de 1,62%, ocorreu em São Paulo. O destaque de alta em 30 dias foi Goiás, com 10,66% no período, e o de queda foi Mato Grosso, com recuo de 4,78%.

Desconto prometido no diesel ainda não chegou às bombas

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Após quase 20 dias do fim da greve dos caminhoneiros, o preço do óleo diesel se mantém em patamar elevado, acima do que planejou o governo quando concedeu subsídio aos consumidores. Ao fechar acordo com os grevistas, a expectativa era que o litro do combustível ficasse R\$ 0,46 mais barato na bomba. Mas, até agora, isso não aconteceu. O desconto médio nos postos de gasolina no Brasil está limitado a R\$ 0,16, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que divulgou na segunda-feira, 18, a pesquisa relativa à semana passada.

Para fechar o acordo, o governo aceitou tirar R\$ 9,5 bilhões do seu caixa, dinheiro usado para compensar as refinarias da Petrobrás e importadores por não elevarem muito suas tabelas. Esse grupo de empresas, situado na ponta da cadeia produtiva, fornece o diesel para as distribuidoras que, em seguida, repassam o produto para os postos, após misturarem biocombustível a ele. Além dessa medida, o Congresso aprovou a desoneração do PIS e Cofins incidentes no diesel e, em alguns Estados, como no Rio de Janeiro, a alíquota de ICMS foi reduzida.

No fim das contas, a previsão é que mais de R\$ 13 bilhões de dinheiro público sejam gastos para baixar o preço aos consumidores e para que o acordo firmado com os caminhoneiros finalmente seja cumprido. Mas não é certo que isso aconteça, porque, como por lei distribuidoras e revendedores têm liberdade de definir seus preços, não há garantia de que o desconto atingirá os motoristas.

A greve dos caminhoneiros foi iniciada no dia 21 de maio, quando o preço do combustível disparou nos postos. Antes disso, o litro do diesel estava sendo negociado, em média, a R\$ 3,788 em todo o País.

Com a intervenção do governo, chegou a R\$ 3,434 na semana passada. Para que o acordo firmado pelo presidente Michel Temer com os caminhoneiros seja considerado exitoso, com desconto total de R\$ 0,46 por litro na bomba, é preciso que o combustível não custe mais que R\$ 3,328.

Na cidade de São Paulo, a redução de preço foi maior do que a da média brasileira.

Na capital paulista, o litro do diesel está R\$ 0,27 mais barato, sendo comercializado a R\$ 3,271.

Petrobrás pode perder R\$ 15 bi com ação trabalhista

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A maior ação trabalhista da história Petrobrás será julgada na quinta-feira, 21, no plenário Tribunal Superior do Trabalho (TST). Se a empresa perder, terá de desembolsar mais de R\$ 15 bilhões e a folha de pagamento ainda aumentará em até R\$ 2 bilhões por ano.

Aberto pelos trabalhadores, o processo pede recálculo de um acordo coletivo de 2007 que concedeu adicionais ao salário, como trabalho noturno, por sobreaviso e confinamento. Os extras têm sido pagos, mas milhares de empregados querem outra conta que, grosso modo, dobra os adicionais. A estatal classifica como “possível” perder a ação.

A disputa entre Petrobrás e os trabalhadores tem origem em um acordo coletivo firmado há mais de dez anos. Em 2007, a estatal e os empregados chegaram a um entendimento para reajuste salarial que previa, entre outros benefícios, a adoção de uma política para equalizar salários com uma remuneração mínima por cargo e região – é a chamada remuneração mínima por nível e regime (RMNR).

Com a nova regra, em alguns casos o salário mais que dobrou em relação à remuneração básica. Um exemplo são os petroleiros que atuam em plataformas no regime de 12 horas. O grupo passou a ganhar 30% mais por periculosidade, 26% extras por adicional noturno, 39% por hora de repouso, 30% por confinamento e 4% de um complemento negociado. Assim, o salário passou a ser 125% maior que o salário básico dos petroleiros.

No início da década, porém, alguns trabalhadores passaram a questionar a metodologia de cálculo dessa remuneração. Empresa e petroleiros citam que há cerca

de 50 mil empregados da ativa e aposentados que questionam o tema em ações individuais e coletivas.

O principal argumento usado nos processos é que a redação do acordo coletivo dá a entender que a conta para a nova remuneração pode ignorar extras e adicionais que já estavam no salário – o que aumenta expressivamente o montante a ser recebido pelos trabalhadores. No processo, é citado o exemplo de um petroleiro que atua confinado em plataforma, cujo salário aumentaria de R\$ 21.750,09 para R\$ 31.029,02 pela nova conta, conforme valores de 2014.

O tema já foi debatido por duas comissões no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Uma deu vitória para a Petrobrás e outra para os trabalhadores. Sem consenso, o processo subirá ao plenário que agendou o julgamento para quinta-feira.

Impacto

Se a Petrobrás perder, o impacto imediato seria de R\$ 15,2 bilhões, conforme balanço do primeiro trimestre de 2018. O valor, porém, não foi separado no caixa porque a empresa classifica a hipótese de perder o processo como “possível” – o que não exige provisionamento. A reserva dos valores só ocorreria caso a perspectiva de derrota fosse considerada “provável”.

Além desse impacto imediato, a folha de pagamento crescerá até R\$ 2 bilhões por ano.

No plenário, advogados dos trabalhadores defenderão que a redação do acordo é imprecisa e permite dupla interpretação. Nesse caso, argumentarão que, de acordo com a jurisprudência da Justiça do Trabalho, deve prevalecer a versão que beneficia o trabalhador.

Já os advogados da estatal manterão a defesa de que não há dupla interpretação e que os próprios sindicalistas concordaram, na época, com as condições defendidas pela empresa. Além disso, citarão que eventual decisão favorável aos trabalhadores criará insegurança jurídica nos acordos coletivos – mecanismo que ganhou força na reforma trabalhista.

Se a empresa perder, é possível entrar com recurso no próprio TST. Caso os ministros mantenham a decisão, a estatal poderia, em seguida, questionar o tema no Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto questiona o assunto em uma das duas instâncias, não seria necessário fazer nenhum desembolso que só seria feito com a extinção da possibilidade de apelação.

Procuradas, a Petrobrás e a Frente Única dos Petroleiros (FUP) não se pronunciaram sobre o tema.

Com contas bloqueadas, Dolly fecha fábrica e demite funcionários

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18/06/2018)

Com as contas da empresa bloqueadas após ser acusado de sonegar R\$ 4 bilhões em impostos, a fabricante de refrigerantes Dolly informou nesta segunda-feira (18) que decidiu fechar sua fábrica em Tatuí, no interior de São Paulo e demitir 700 funcionários.

Em maio, o dono da empresa, Laerte Codonho, e outras duas pessoas foram presas em uma ação conjunta entre Ministério Público do Estado de São Paulo, Procuradoria e polícia. Na ocasião, a prisão foi justificada como necessária para evitar a destruição de provas. O empresário, que nega ser devedor de um montante tão grande, foi solto dias depois, mas ficou afastado da gestão da empresa e com uma determinação judicial de recolhimento domiciliar.

"Demitimos a fábrica inteira. São cerca de 700 funcionários. Se a conta está presa, não consigo pagar funcionários e também não consigo pagar imposto", diz Codonho.

Segundo ele, a distribuição do produto está comprometida e as grandes redes de varejo deixaram de receber o produto. "Estamos distribuindo em quantidade menor e tentando nos adaptar. Eu não posso vender para as grandes redes porque elas têm um contrato em que depositam na conta. E se deposita na conta, fica parado", afirma Codonho.

Segundo ele, só tem sido possível fazer vendas à vista com pagamento em cheque. Além da fábrica de Tatuí, a empresa tem uma unidade em Diadema. A engarrafadora no Rio de Janeiro também está sentindo os efeitos do bloqueio, segundo Codonho.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, na semana passada, Codonho disse não ter entendido o motivo de sua prisão porque sua empresa vem pagando um parcelamento de débito negociado desde o ano passado. Ele também questiona uma outra operação de que foi alvo em 2017, a operação Clone. O empresário diz ser perseguido por um complô formado entre a Procuradoria, que, segundo ele, estaria interessada em receber honorários, e a Coca-Cola, que estaria preocupada com a concorrência da Dolly.

Em resposta à entrevista de Codonho, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo afirmou que os débitos estaduais inscritos em dívida ativa, de responsabilidade do grupo Dolly, estão disponíveis para consulta pública, na página eletrônica do órgão, onde se identifica débito total superior a R\$ 1,5 bilhão.

A procuradoria disse também que o bloqueio judicial de bens do grupo Dolly foi determinado em ações ajuizadas pelo Ministério Público e pela Procuradoria, assim como no âmbito federal pela atuação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

"O débito de R\$ 33 milhões recolhido para restabelecer a inscrição estadual da empresa Ragi Refrigerantes, após a Operação Clone, referia-se a ICMS substituição tributária. O não pagamento dessa modalidade do imposto caracteriza crime", disse o órgão, em nota.

Em relação a outra acusação feita pelo empresário, a de que a empresa de software de big data Neoway teria sido contratada para "espionar" a Dolly, a Procuradoria disse que a Neoway foi contratada "mediante pregão eletrônico de responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado e o respectivo pagamento é custeado exclusivamente com recursos do tesouro estadual".

Sobre a acusação de que a Procuradoria busca honorários, o órgão diz que a "verba honorária recebida pelos Procuradores do Estado é paga em valor fixo, submetendo-se ao teto constitucional e ao controle dos órgãos competentes".

A Neoway disse que não presta serviços de espionagem e que apenas vende um software de big data capaz de acessar dados públicos.

A Coca-Cola disse, em nota, que "não tem qualquer envolvimento com os processos judiciais que o empresário enfrenta".

Votação de projeto de distribuidoras de energia está "ajustada" com Congresso, diz Temer

19/06/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 18/06/2018)

O presidente Michel Temer afirmou nesta segunda-feira que a "questão" do projeto relativo a distribuidoras de energia elétrica já está "ajustada" com a Câmara dos Deputados e disse que o Congresso trabalha normalmente.

Questionado sobre como retomaria a pauta do governo no Congresso diante dos altos índices de impopularidade apontados em pesquisa mais recente, o presidente questionou a validade da sondagem e defendeu que o Legislativo tem aprovado matérias de interesse do Executivo, como medidas provisórias.

“Agora para esta semana já está ajustada a questão das distribuidoras”, afirmou Temer a jornalistas em Assunção, no Paraguai, onde participa de reunião de Cúpula do Mercosul. “O Congresso está trabalhando como antes”, defendeu, citando recentes votações da Câmara e do Senado.

Sobre a relação com o Legislativo, Temer negou qualquer dificuldade. “Em primeiro lugar, a pesquisa não é verdadeira, porque você sabe que nós temos a melhor relação com o Congresso”, disse Temer.

Há um requerimento para conferir regime de urgência a projeto sobre distribuidoras do sistema elétrico na pauta da Câmara desta semana, mas a votação efetiva tanto da urgência quanto da matéria em si depende de outros fatores, como a ocorrência de acordo entre os parlamentares e quórum para votação.

Na sexta-feira passada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que pautaria nesta semana o projeto que reduz incertezas relacionadas à venda das seis distribuidoras da Eletrobras, ao definir questões sobre créditos e débitos da estatal com fundos setoriais.

O governo tem priorizado a aprovação no Congresso de projeto de lei com mecanismos importantes para aumentar a atratividade das distribuidoras da Eletrobras.

Centrais Elétricas Brasileiras SA15.0
ELET6.SASao Paulo Stock Exchange
--(--%)



A declaração de Maia foi feita no mesmo dia em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou o edital para a venda das seis distribuidoras da elétrica, situadas no Norte e Nordeste. O certame está previsto para o dia 26 de julho.

A venda das deficitárias distribuidoras é vista como importante para viabilizar a desestatização da Eletrobras como um todo, que o governo de Temer vem prometendo realizar ainda neste ano.

Conta de luz pode ter bandeira vermelha nível 2 até reta final do ano, dizem analistas

19/06/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 18/06/2018)

Previsões de chuvas abaixo da média ao longo dos próximos meses na região dos reservatórios das hidrelétricas, principal fonte de geração do Brasil, devem pressionar as chamadas bandeiras tarifárias, mecanismo criado para sinalizar ao consumidor eventuais reduções na oferta de energia, disseram especialistas nesta segunda-feira.

Com isso, existe uma expectativa generalizada de que se mantenha nos próximos meses a chamada bandeira tarifária vermelha nível 2, já acionada para junho, que adiciona 5 reais às contas de luz a cada 100 kilowatts-hora consumidos.

As bandeiras geram cobranças extras para os consumidores quando saem do verde para o amarelo ou para a bandeira vermelha, que é dividida em dois patamares, sendo o segundo o mais caro.

“Nós esperamos que a bandeira vermelha 2 continue até o final do ano”, escreveram analistas do banco UBS em relatório nesta segunda-feira.

“Existe um certo consenso... tem vários agentes de mercado que estão indo nessa linha, até novembro com bandeira vermelha, por uma questão principalmente de hidrologia. Apesar de a carga não estar crescendo como se esperava, a hidrologia está ficando bem abaixo da média”, disse à Reuters o presidente da comercializadora Copel Energia, Franklin Miguel.

As chuvas na região das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste estão estimadas para este mês em apenas 78 por cento da média histórica, que já não é favorável porque a partir de maio tem início o chamado “período seco”, com menores precipitações, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

“Estamos entrando agora no período de inverno e o cenário hídrico continua recessivo... estamos esperando bandeira vermelha nível 2 até o mês de outubro”, disse à Reuters o sócio da consultoria Pontoon-e, Marcos Severine.

Ele estimou que, caso confirmada a projeção, a energia elétrica poderia contribuir em cerca de 0,60 ponto percentual para a inflação medida pelo IPCA em 2018.

Na comercializadora de energia Compass, a projeção, mais conservadora, é de bandeira tarifária vermelha nível 2 ao menos até setembro.

“Até lá com certeza é vermelha. Agora outubro, novembro e dezembro ainda não dá para afirmar”, disse o diretor da Compass, Paulo Mayon.

Ele disse que, ao final de maio, os modelos de projeção apontavam para a possibilidade de chuvas ruins em julho, que eventualmente poderiam se reverter em agosto, o que explica o cenário um pouco mais otimista da consultoria, que vê possibilidade de bandeira amarela em outubro e novembro.

IMPACTO NO MERCADO

A hidrologia fraca prevista para os próximos meses deve impactar negativamente geradores hídricos com elevado volume de energia já vendida para clientes, como a Cesp, apontaram os analistas do UBS, enquanto empresas com maior nível de capacidade descontratada poderão aproveitar e vender energia a preços melhores no mercado spot de eletricidade.

O banco colocou Copel e AES Tietê como as que podem aproveitar melhor a conjuntura.

O cenário hídrico também elevou o custo de contratos de energia para o segundo semestre, que chegaram a ser cotados em cerca de 188 reais no início do ano e 230 reais no começo de abril, mas agora são negociados a cerca de 300 reais, segundo Mayon, da Compass.

“A precificação do segundo semestre vai se comportando de acordo com essa deterioração na entrada das chuvas”, afirmou.

A CCEE estima em seu cenário-base que os reservatórios das hidrelétricas chegarão a novembro, quando começa o período de chuvas, em 25 por cento da capacidade, contra cerca de 19 por cento no ano passado.

Aneel aprova elevação média de 15,99% em tarifas da Copel-D, do Paraná

19/06/2018 – Fonte: DCI

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou uma elevação média de 15,99 por cento nas tarifas da distribuidora de energia Copel-D, do Paraná, em reajuste anual, conforme aprovado em reunião da reguladora nesta terça-feira.

O reajuste valerá a partir de 24 de junho. Conforme a Aneel, a concessionária atende aproximadamente 4,5 milhões de unidades consumidoras no Paraná.

Bolsa atinge pior nível desde agosto de 2017

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18/06/2018)

A Bolsa brasileira teve o quarto pregão consecutivo de queda e fechou nesta segunda-feira (18) abaixo do patamar de 70 mil pontos pela primeira vez desde agosto do ano passado.

O dólar seguiu o exterior e avançou ante o real.

O tombo do mercado acionário mostra que investidores seguem pessimistas com a economia brasileira, que piorou desde a paralisação dos caminhoneiros, e com a indefinição da disputa eleitoral.

Nesta segunda houve ainda um componente externo: as principais Bolsas mundiais fecharam em queda pelo receio dos impactos da guerra comercial entre Estados Unidos e China, que ganhou forma na sexta-feira passada (15), após o anúncio de tarifas de 25% sobre US\$ 50 bilhões em produtos importados de cada um dos países.

O Ibovespa, principal índice acionário da B3, cedeu 1,33% e fechou a 69.814 pontos. O giro financeiro somou R\$ 14,3 bilhões de reais.

"O cenário interno está bastante indefinido. E para piorar veio essa preocupação com a relação entre China e Estados Unidos", disse o gerente de renda variável da H.Commmcor Ari Santos, acrescentando que o mercado acionário deve seguir pressionado até que se tenha mais clareza em relação ao cenário eleitoral.

Nesta segunda, economistas ouvidos pelo Banco Central disseram esperar que o PIB (Produto Interno Bruto) cresça 1,76% em 2018, menos que os 1,94% previstos uma semana antes. Também pioraram as previsões para 2019.

Desde os protestos dos caminhoneiros nas estradas, em maio, analistas colocaram números da economia brasileira sob revisão.

A paralisação acabou, mas caminhoneiros, empresas, governo e Justiça seguem travando um debate sobre a validade do tabelamento do frete no país, exigência dos autônomos para liberar as rodovias.

O impacto é maior sobre setores ligados ao consumo e o segmento financeiro, que poderá conceder menos empréstimos com a desaceleração econômica.

O destaque negativo do último mês, no entanto, é a Petrobras. A ameaça de intervenção do governo na estatal para controlar os preços dos combustíveis e a consequente renúncia do então presidente da companhia, Pedro Parente, fizeram com

que as ações caíssem mais de 40% em um mês. Os papéis preferenciais (mais negociados) terminaram o dia em baixa de 3,47%, cotados a R\$ 14,45.

Já a alta do dólar foi contida por nova atuação do Banco Central no câmbio e avançou 0,29%, a R\$ 3,7410.

O Banco Central injetou US\$ 1 bilhão dos US\$ 10 bilhões em swap cambial (equivalente à venda de dólar no mercado futuro) anunciados para essa semana com o objetivo de conter a volatilidade da moeda. Na semana passada, foram vendidos US\$ 24,5 bilhões em contratos com o mesmo objetivo.

Além disso, o Tesouro Nacional atua para conter também as oscilações bruscas de juros.

Após o anúncio de que o BC continuaria a intervir no mercado, a Folha de S.Paulo noticiou que a autarquia e o Ministério da Fazenda montaram um grupo de trabalho para detectar um possível ataque especulativo de investidores.

Nesta segunda, houve mais uma frente de atuação para acalmar o mercado, agora diplomática: o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o Secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, fizeram uma rodada de conversas privadas com empresários e banqueiros das grandes instituições financeiras do país.

Dólar sobe cerca de 1% ante real com aversão ao risco global diante de temores comerciais

19/06/2018 – Fonte: Reuters

O dólar operava com alta firme ante o real nesta terça-feira, diante do recrudescimento das tensões comerciais entre Estados Unidos e China após nova ameaça de mais tarifas comerciais pelo presidente norte-americano, Donald Trump, e retaliação de Pequim.

Às 10:00, o dólar avançava 0,96 por cento, a 3,7758 reais na venda, depois de terminar a véspera em alta de 0,27 por cento, a 3,74 reais.

Na máxima, a moeda subiu 1,22 por cento, a 3,7855 reais, logo após a abertura. O dólar futuro tinha elevação de cerca de 0,75 por cento.

“A China teria de impor tarifas sobre tudo o que comprasse dos EUA para manter essa resposta na mesma medida. Mas ela tem outras ferramentas que poderia usar, incluindo pressionar diretamente as empresas norte-americanas que operam na China”, afirmou a empresa de pesquisas macroeconômicas Capital Economics (CE) em relatório.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou impor tarifa de 10 por cento sobre 200 bilhões em bens chineses e Pequim alertou que irá retaliar, em um rápido agravamento do conflito comercial entre as duas maiores economias do mundo.

O Ministério do Comércio da China disse que Pequim vai reagir com medidas “qualitativas” e “quantitativas” se os EUA publicarem uma lista adicional de tarifas sobre bens chineses.

O aumento da retórica entre os dois países trouxe um forte movimento de aversão ao risco que içou o dólar ante a grande maioria das moedas no exterior, subindo ante a cesta e ante divisas de emergentes, como os pesos chileno e mexicano.

Internamente, o mercado trabalha de olho no exterior mas também sob a expectativa de atuação do Banco Central por meio de swaps cambiais tradicionais —equivalentes à venda futura de dólares.

“Se essa aversão (ao risco) se mostrar exagerada por aqui, o BC deve aproveitar sua comunicação recente e dosar as ofertas de swap de acordo com a necessidade, sendo que – a priori – ainda tem 9 bilhões de dólares dos 10 bilhões de dólares sinalizados para ofertar ao mercado nesta semana”, lembrou a corretora H.Commcor em relatório.

Na véspera, o BC fez apenas um leilão de novos contratos de swap cambial, com 20 mil contratos, injetando 1 bilhão de dólares no sistema. Para esta terça-feira, por ora, ainda não anunciou nenhuma intervenção, apenas a oferta de até 8.800 contratos de swap cambial tradicional para rolagem do vencimento de julho.

Copom se reúne nesta terça, 19, sob pressão do câmbio

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Central inicia nesta terça-feira, 19, sua reunião de política monetária de dois dias em meio ao dilema de aumentar ou não os juros após a disparada do dólar. Pelas comunicações mais recentes da instituição, a tendência é de que a Selic (a taxa básica de juros) permaneça em 6,5% ao ano, mas o BC já deixou claro que sua decisão será tomada só na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que termina na quarta-feira, 20, à noite.

O Projeções Broadcast consultou 49 instituições financeiras e todas esperam que o Copom – formado pelo presidente do BC, Ilan Goldfajn, e pelos oito diretores da instituição – mantenha a Selic no atual patamar, que é o menor nível da história.

O problema é que os preços dos ativos negociados no mercado financeiro sugerem que a decisão pode ser diferente. Na B3, a Bolsa de São Paulo, os contratos futuros de juros indicavam na tarde de ontem 41% de probabilidade de o BC elevar a Selic em 0,25 ponto porcentual, para 6,75% ao ano, ante 59% de chance de manutenção em 6,5%.

As dúvidas em torno dos passos do BC estão ligadas ao avanço do dólar ante o real. No ano, até segunda-feira, o dólar à vista teve alta de 12,83%, com a cotação saltando de R\$ 3,32 para R\$ 3,74. Do encontro anterior do Copom, em 16 de maio, até agora, a moeda americana subiu 1,78%.

O aumento do dólar é justificado em parte pelo cenário externo, onde a alta de juros nos EUA faz a moeda subir ante as demais divisas. Para piorar, há o mal-estar dos investidores com a corrida eleitoral, que tem na liderança das pesquisas nomes como os do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) e do ex-ministro Ciro Gomes (PDT-CE). A visão é de que Bolsonaro e Ciro colocam em dúvida a continuidade das reformas econômicas

IPC-Fipe avança 0,84% na 2ª quadrissemana de junho

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,84% na segunda quadrissemana de junho, ganhando força em relação à alta de 0,57% observada na primeira quadrissemana deste mês, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na segunda leitura de junho, subiram com mais força os segmentos de Alimentação (de 1,82% na primeira quadrissemana para 2,62% na segunda quadrissemana) e Transportes (de 0,88% para 1,28%). Além disso, a deflação do item Habitação diminuiu de 0,35% para 0,24%.

Por outro lado, a categoria Despesas Pessoais ficou inalterada, com alta de 0,56%, enquanto os itens Vestuário (de 0% para -0,01%), Saúde (de 0,41% para 0,31%) e Educação (de 0,05% para 0,01%) desaceleraram.

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na segunda quadrissemana de junho:

- **Habitação:** -0,24%
- **Alimentação:** 2,62%
- **Transportes:** 1,28%
- **Despesas Pessoais:** 0,56%
- **Saúde:** 0,31%
- **Vestuário:** -0,01%
- **Educação:** 0,01%
- **Índice Geral:** 0,84%

Alimentos pressionam e IGP-M registra alta de 1,75% na 2ª prévia de junho, diz FGV

19/06/2018 – Fonte: Reuters

Os preços de alimentos tanto no atacado quanto no varejo pressionaram e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) acelerou a alta a 1,75 por cento na segunda prévia de junho, de 1,20 por cento no mesmo período do mês anterior, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

Cliente faz compras em supermercado em São Paulo, Brasil 11/01/2017
REUTERS/Paulo Whitaker

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60 por cento do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, subiu 2,24 por cento na segunda leitura de junho, após subir 1,71 por cento no mês anterior.

O IPA mostrou que os preços dos Produtos Agropecuários se destacaram ao registrar um aumento de 3,26 por cento em junho, ante a elevação de 0,57 por cento em maio.

Já para o consumidor os preços mostraram maior pressão uma vez que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30 por cento no índice geral, acelerou a alta a 0,99 por cento no período, depois de 0,20 por cento na segunda leitura de maio.

O movimento teve como principal contribuição a alta de 1,47 por cento nos preços de Alimentação no período, de variação positiva de 0,04 por cento antes, com o comportamento de hortaliças e legumes, ainda na esteira dos efeitos da greve dos caminhoneiros no final de maio.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) avançou 0,48 por cento na segunda prévia de junho, depois de subir 0,44 por cento na segunda leitura de maio.

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

A segunda prévia do IGP-M calculou as variações de preços no período entre os dias 21 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Taxas futuras oscilam com dólar e Copom no radar

19/06/2018 – Fonte: GS Notícias (publicado em 18/06/2018)

Os juros futuros oscilam na manhã desta segunda-feira, 18, com queda nas taxas curtas e viés de alta nas longas, em meio à alta do dólar ante o real e expectativas pela decisão de juros do Copom, na quarta-feira (20).

Segundo um operador de renda fixa, a curva está precificando hoje 76% de chance de alta de 0,25 ponto porcentual da Selic e 24% de chances de manutenção em 6,50% ao ano. Vale observar que os fundamentos macroeconômicos ainda justificam, na avaliação dos economistas, a manutenção da taxa básica em 6,50% ao ano.

“Em semana de Copom, deve prevalecer a cautela dos investidores”, escreveram os analistas da LCA Consultores. A influência do dólar incerta, porque a moeda tem sinais mistos no exterior nesta manhã.

Nesta semana, o Tesouro vai realizar leilões extraordinários de compra e venda de títulos, ofertando, além das NTN-F, também NTN-B e LTN. Nesta segunda, o Tesouro começa com ofertas de compra e venda de NTN-F (11h30) e de LTN (10h30); faz leilão de compra de até 1 milhão de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), papéis indexados ao IPCA (12h30) e de venda de até 300 mil NTN-B (12h30).

Mais cedo, a Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgou que o Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 1,00% na segunda quadrissemana de junho, acelerando ante a taxa de 0,70% apurada na primeira leitura do mês. No Relatório de Mercado Focus, os destaques foram a elevação da previsão para o IPCA de 2018 de 3,82% para 3,88% e, para o IGP-DI de 2018, de 6,86% para 7,18%. Na próxima quinta-feira, o IBGE divulgará o IPCA-15 de junho.

Às 9h43 desta segunda, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2020 caía a 8,960%, ante 9,047% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2021 recuava a 9,940%, ante 9,986% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2023 apontava 11,360% ante 11,354% no ajuste de sexta-feira. No câmbio, o dólar à vista subia 0,58%, aos R\$ 3,7532. O dólar futuro de julho estava na máxima, aos R\$ 3,7580 (+0,60%).

Superávit da balança na 3ª semana de junho foi de US\$ 1,970 bilhão

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,970 bilhão na terceira semana de junho (de 11 a 17). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 18, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,571 bilhões e importações de US\$ 3,600 bilhões.

Ainda sob o impacto da greve dos caminhoneiros, o mês de junho acumula superávit de US\$ 2,899 bilhões até dia 17, abaixo 59,6% do registrado em todo o mês de junho de 2017, quando o resultado foi positivo em US\$ 7,184 bilhões.

No ano, o superávit comercial acumulado é de US\$ 27,072 bilhões, queda de 17% em relação ao mesmo período de 2017.

Em junho, houve alta de apenas 0,7% na média diária das exportações na comparação com o mesmo mês do ano passado, com aumento nas vendas e produtos manufaturados (+13,5%). Houve queda, porém, nas exportações de produtos semimanufaturados (-16,5%) e básicos (-2,2%).

Já as importações, menos afetadas pela greve, registraram alta superior, de 14,2% na mesma comparação, com crescimento nos gastos, principalmente, com químicos orgânicos e inorgânicos (+44,0%), veículos automóveis e partes (+40,8%), farmacêuticos (+26,2%), equipamentos mecânicos (+25,4%) e equipamentos eletroeletrônicos (+19,4%).

Selic e incertezas no cenário minam queda de juro bancário

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

Com o fim do ciclo de queda da Selic, o aumento das incertezas políticas e a pressão externa, a chance de haver uma efetiva queda dos juros cobrados ao consumidor, que vinha se desenhando, ainda que timidamente, ficou para trás. Segundo especialistas, as instituições não têm um cenário favorável ao afrouxamento nos juros. O alívio no bolso ficará por conta do Banco Central (BC), que vem se movimentando para baixar linhas, como do cartão de crédito e do cheque especial.

Pesquisa feita pelo Projeções Broadcast com 49 analistas do mercado financeiro mostra que todas as estimativas apontam para manutenção da Selic em 6,50% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira. A Selic não é o único componente que os bancos analisam para baixar as taxas. Mas, quando ela está em queda, é um indicativo da autoridade monetária de que o ambiente está favorável a possíveis reduções.

O rotativo do cartão de crédito, que é a taxa que mais pesa no bolso do consumidor, caiu graças, principalmente, à intervenção do BC, mas já aponta para uma certa estabilidade, assim como o crédito pessoal. A taxa do cheque especial, que caiu muito pouco, é a única que ainda pode ter reduções.

A partir de julho, os clientes que utilizarem 15% do limite da conta por 30 dias devem ser direcionados para uma opção mais barata, segundo regras do próprio mercado. “Agora não dá para falar em queda de juros.

O cenário mudou, o mundo mudou e as fragilidades do País estão cada vez mais evidentes: o risco Brasil e os juros do mercado futuro subiram e mostram que as taxas que vemos devem continuar assim”, diz Margarida Gutierrez, professora da UFRJ.

Além da manutenção da Selic, outro fator que dificulta as instituições a mexer em seus créditos é a disparada das taxas futuras de juros, que, grosso modo, refletem o valor do dinheiro lá na frente. Essas taxas são uma das referências analisadas para se chegar ao spread – diferença entre o custo do dinheiro para o banco (o quanto ele paga ao captar o recurso) e o quanto ele cobra do consumidor ao emprestar.

O spread, segundo o próprio BC, é composto majoritariamente pela inadimplência, seguida por despesas administrativas e tributos. Com a recuperação econômica ainda tímida e a queda do desemprego amparado pelo aumento de vagas informais, Gutierrez explica que a inadimplência deve continuar pesando no crédito.

Uma medida que, segundo ela, poderia contribuir para reduzir o custo do crédito seria a aprovação do cadastro positivo, que aguarda análise da Câmara dos Deputados. O cadastro deixaria disponível para os bancos o histórico de bons pagadores.

Outro fator que não deixa as instituições confortáveis é a incerteza política, aponta a economista chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto. “Estamos a quatro meses das eleições e não temos candidatos. Toda essa incerteza dificulta qualquer perspectiva”, explica.

O cenário agora é de espera também para Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

Segundo ele, os agentes do mercado estão observando a extensão da normalização das taxas de juros nos Estados Unidos e Europa e a percepção de risco no Brasil, que aumentou principalmente no último mês com a greve dos caminhoneiros. "Todo mundo quer entender os efeitos dessa crise externa e interna", diz.

Turbulências suspenderam Tesouro Direto 29 vezes nos últimos 30 dias

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

Nos últimos 30 dias, o Tesouro Direto teve emoção digna de Bolsa de Valores. As turbulências, tanto no cenário externo como no interno, mexeram com os preços dos títulos a ponto de o Tesouro interromper as negociações da plataforma quase que diariamente. Nesse período, foram nada menos que 29 suspensões – preocupando investidores que precisavam resgatar recursos ou que simplesmente viam seus títulos se desvalorizarem.

As suspensões por volatilidade – o Tesouro pode interromper as negociações por outros motivos, como manutenção técnica – tiveram início no dia 17 de maio, depois de o Banco Central surpreender o mercado com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 6,5% ao ano. Logo depois veio a greve dos caminhoneiros, somada às tensões no mercado externo – que levaram à disparada do dólar.

Esse "pacote" piorou a percepção de risco do País e derrubou o preço dos títulos públicos prefixados e dos indexados à inflação. Diante da oscilação, o Tesouro Direto congela: suspende temporariamente as negociações.

Em maio e junho, essas "travas" foram recorrentes. Para efeito comparativo, em todo o ano de 2017, só houve interrupção de compra e venda de títulos por volatilidade em seis dias – sendo um deles no dia seguinte à divulgação da gravação de Joesley Batista, da JBS, dia em que o Tesouro nem abriu.

"As pessoas podem até ficar preocupadas, mas a suspensão é uma medida positiva para ajustar o preço e as taxas dos títulos. Ou seja: para que quem compre e venda o faça a um preço justo de mercado", explica Fábio Macedo, gerente comercial da corretora Easynvest.

Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper, destaca também uma questão técnica. "Os preços do Tesouro Direto são atualizados só três vezes ao dia – às 9h30, 12h e 15h30, e não instantaneamente, conforme a oferta e demanda", diz. "A suspensão é para evitar que ele compre caro demais, por exemplo."

A preocupação do investidor com as suspensões recai principalmente sobre a liquidez diária, ou seja, a capacidade de transformar o investimento em dinheiro no bolso rapidamente – que é um dos principais chamarizes do Tesouro Direto.

"Independentemente de haver suspensão, após o fechamento do mercado, às 18 horas, o investidor sempre pode comprar ou resgatar", explica Sergio Gesteira, gerente da mesa de operações do Tesouro Nacional. "A diferença é que a liquidação será feita no D+1, ou seja, no preço do dia seguinte."

Isso significa que a operação fica sujeita aos preços e taxas da abertura do mercado no dia seguinte. Macedo, da Easynvest, lembra que o investidor também pode agendar as aplicações – embora também fique sujeito ao preço de abertura.

Gesteira, do Tesouro, destaca que, além dos fatos pontuais do último mês, a oscilação mais expressiva é característica de ano eleitoral. “Uma das principais razões para volatilidade em qualquer mercado são incertezas. E este ano, de eleição, ninguém sabe quem vai ser o próximo governo”, diz.

‘Marcação a mercado’

Com a turbulência que faz o dólar disparar e a Bolsa cair chegando aos preços dos títulos públicos, o investidor muitas vezes se assusta. O Tesouro Prefixado 2025, por exemplo, teve desvalorização de 9,43% nos últimos 30 dias. Já o IPCA+ 2045 recuou 11,39% no período.

Esse tombo ocorre por causa da chamada marcação a mercado, que é a atualização, normalmente diária, do preço de um ativo de renda fixa ou da cota de um fundo de investimento.

Esse mecanismo permite que o investidor saiba quanto receberia hoje se vendesse aquele título ou aquela cota – ou seja, com base na oferta e demanda por aquele papel, quanto o mercado está disposto a pagar por ele. Os títulos prefixados e os atrelados à inflação são os que sofrem marcação a mercado, sobretudo os de prazo mais longo. Já os títulos pós-fixados não, pois seguem a Selic diariamente.

No último mês, com a piora das expectativas, o preço dos papéis caiu – na contrapartida, para quem fosse comprar, pagavam uma taxa maior. Nesses casos, aconselham especialistas, o investidor deve evitar resgatar o papel, pois irá perder dinheiro.

“Vale lembrar, porém, que o título se desvalorizar não significa que o investidor vai ter prejuízo – só se ele vender o título”, explica Macedo, da Easynvest.

Se o preço cair e o investidor seguir até o final do vencimento, explica, não sofrerá com a oscilação e terá exata rentabilidade acertada no momento da compra.

‘Não devemos abandonar ideia da aliança da UE com o Mercosul’, diz Temer

19/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18/06/2018)

O presidente da República, Michel Temer, afirmou, nesta segunda-feira, 18, que o Mercosul deve manter as negociações com a União Europeia pelo acordo de livre-comércio. Apesar de ter citado negociações externas, Temer não mencionou a China em nenhum momento de sua fala na reunião de cúpula do bloco.

“Acho que não devemos abandonar ideia da aliança da União Europeia com o Mercosul. Nosso trabalho há de ser cada vez mais de abertura com o mundo. Fechar esta porta significa impedir o caminho das negociações”, disse Temer.

Segundo fontes, Temer decidiu dar ênfase ao assunto porque os europeus interpretaram mal a fala do chanceler do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, no domingo, que defendeu uma negociação comercial ampla com a China. Com apoio do chanceler da Argentina, Jorge Faurie, Novoa disse que sente que as negociações com a UE estariam próximas de uma “ruptura”.

A reunião do Mercosul, nesta segunda, marca justamente a transferência da presidência *pro tempore* do Paraguai para o Uruguai. Por isso, de acordo com aliados de Temer, houve receio de que o acordo com a UE pudesse perder intensidade nos próximos meses.

Durante a reunião de cúpula do Mercosul, na manhã desta segunda-feira, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, reforçou a fala do chanceler e reclamou da demora na finalização das negociações com a UE, que já duram mais de 20 anos.

Em resposta ao presidente do Uruguai, o presidente Temer afirmou que as coisas “não se resolvem de um dia para o outro, nem de um ano para o outro”. “Por muito tempo, trabalhamos no acordo com a UE, mas penso que acentuamos nossas negociações apenas nos últimos anos. Não é por acaso que negociações avançaram enormemente nos últimos tempos”, continuou.

Temer disse ainda que o Mercosul tem por objetivo “melhorar a abertura no lugar de se fechar em si mesmo”.

A vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, seguiu uma linha parecida com a de Temer, defendeu o acordo com a UE e também não mencionou um possível entendimento com a China.

Uruguai se opõe a Brasil e Argentina em acordo com União Europeia

19/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18/06/2018)

Diante do empasse, ministros sugerem que bloco priorize o retorno de negociações com a China



O presidente Michel Temer embarca rumo a Assunção, no Paraguai - Cesar Itiberê/Folhapress

A continuidade das tratativas com a União Europeia para a assinatura de um acordo comercial opôs membros do Mercosul na cúpula de presidentes dos países do bloco, nesta segunda-feira (18), na região metropolitana de Assunção, no Paraguai.

De um lado, Brasil e Argentina fizeram a defesa de prosseguimento das negociações que já se arrastam há 20 anos, frente a um Uruguai crítico à aliança e a favor da retomada de conversas em bloco com a China.

Reservadamente, autoridades dos dois maiores países do bloco afirmam que para fechar o acordo com a União Europeia é necessário apenas o ajuste de questões políticas.

“Não estamos obrigados a perder tempo em negociações eternas”, afirmou o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em sua fala na cúpula. “Precisamos de capacidade técnica, mas acompanhada de vontade política real”, acrescentou.

Vázquez comparou acordo da União Europeia com o Japão, que levou, segundo ele, um ano. “Quando se quer, se pode.”

Ao falar, logo depois do uruguaio, Temer rebateu e defendeu a associação com os europeus. “Se me permite a ponderação, acho que não devemos abandonar a ideia dessa aliança do Mercosul”, afirmou o brasileiro.

“Nós sabemos que na política econômica nem tudo se resolve de um dia para o outro ou de um ano para o outro. É provável que alguns países tiveram, quem sabe, rapidez para fazer essas composições”, comparou Temer.

O discurso da vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, seguiu a mesma linha de Temer.

No fim do encontro, o Mercosul divulgou um comunicado em que citam "importantes esforços" no âmbito das negociações da União Europeia "para a assinatura de um Acordo de Associação Birregional, demonstrando seu compromisso e vontade integracionista em cada etapa do processo, especialmente desde outubro de 2016, oportunidade em que ambos os blocos decidiram intercambiar ofertas de acesso a mercados".

A reunião desta segunda marca a transferência da presidência pro tempore (rotativa) do bloco do Paraguai para o Uruguai e foi antecedida de discussões econômicas e comerciais entre os países membros e associados.

Neste domingo (17), os chanceleres dos países membros também discutiram sobre a falta de avanço na tentativa de negociação de um acordo com a União Europeia. Aloysio Nunes, ministro das Relações Exteriores brasileiro, minimizou o problema.

Diante do empasse, os ministros Jorge Faurie (Argentina) e Rodolfo Nin Novoa (Uruguai) sugeriram que o bloco priorizasse o retorno de negociações com a China.

Temer chegou nesta segunda às 10h na sede da Conmebol em Luque, cidade vizinha a Assunção, onde acontece o evento. Foi recebido pelo presidente do Paraguai, Horacio Cartes.

Mauricio Macri, da Argentina, enfrenta uma crise econômica que levou a uma série de demissões no governo e faltou à cúpula.

O Mercosul, atualmente, tem como membros efetivos Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está suspensa do bloco e a Bolívia é um país em processo de adesão.

Elétrico BMW i3 volta ao Brasil com maior autonomia

19/06/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18/06/2018)

A base mecânica é a mesma de antes: motor elétrico com 170 cv de potência, transmissão automática e tração traseira. Há evolução no sistema de baterias, que agora tem maior capacidade e permite rodar até 180 quilômetros até a recarga em condições reais de uso. Antes, o carro conseguia rodar cerca de 130 quilômetros.

As baterias de íon-lítio são instaladas no assoalho, o que ajuda na distribuição de peso. Há mudanças discretas de estilo, concentradas na parte frontal: o novo para-choque tem agora luz diurna de LEDs.

Um gerador a gasolina de 647 cm³ (similar ao motor de uma moto) funciona como um gerador de energia e permite rodar mais 150 km, sendo possível viajar com o modelo.

O sistema entra em funcionamento sempre que a carga das baterias é inferior a 20% da capacidade. O tanque de combustível armazena até 9 litros.

A BMW vai instalar postos de recarga elétrica ao longo da rodovia Presidente Dutra, o que vai possibilitar viagens de São Paulo ao Rio de Janeiro sem que seja preciso utilizar o gerador a gasolina.

As unidades devem entrar em funcionamento no segundo semestre.

Presidente da Tesla diz em email a funcionários que montadora sofreu "sabotagem"

19/06/2018 – Fonte: DCI

O presidente-executivo da Tesla, Elon Musk, afirmou em mensagem aos funcionários da montadora norte-americana de carros elétricos que um empregado da companhia promoveu "extensa e danosa sabotagem" ao supostamente ter feito mudanças de código de programação do sistema de produção e enviado informações sigilosas da empresa para terceiros.

A porta-voz da companhia, Gina Antonini, não comentou o email enviado por Musk aos funcionários na segunda-feira.

Musk afirmou na mensagem, obtida pela Reuters, que descobriu sobre o suposto caso de sabotagem durante o final de semana.

"A extensão completa de suas ações ainda não é clara, mas o que ele admitiu até agora ter feito é muito ruim", escreveu o executivo. "A motivação declarada dele é que ele queria uma promoção que não recebeu." Musk não identificou o suposto sabotador.

"Como vocês sabem, uma longa lista de organizações quer que a Tesla morra", disse Musk no email, afirmando que a relação inclui investidores em Wall Street, companhias petrolíferas e montadoras rivais de veículos. Ele não citou nome de nenhuma empresa.

Mais cedo, na segunda-feira, Musk enviou uma outra mensagem aos funcionários relatando um "pequeno incêndio" ocorrido em uma instalação da Tesla no domingo. Esta mensagem também foi obtida pela Reuters.

Na mensagem, a Tesla afirma que na noite de domingo houve um incidente na área de carrocerias, que não houve feridos ou danos significativos a equipamentos e que a produção já tinha retornado ao normal. A empresa não especificou o local do fogo.

Musk afirmou no email que apesar do fogo não ter sido um evento aleatório, "fiquem alertas sobre qualquer coisa que não esteja entre os melhores interesses da nossa companhia".

Na semana passada, Musk anunciou demissão de 9 por cento da força de trabalho da Tesla.

O futuro da Tesla depende do aumento da produção do Model 3, que é voltado para o mercado de massa.

Volks lança Golf 2019 e, após greve, evita fazer previsões de longo prazo - Rodas

19/06/2018 – Fonte: GS Notícias / Folha de S. Paulo

A Volkswagen se esforça para manter o otimismo após ter parado a produção devido à greve dos caminhoneiros. A montadora, que registra bons números em 2018, lança a linha 2019 do Golf ainda acreditando em crescimento no segundo semestre, mas sem fazer projeções.

"Percebemos que a indústria está voltando ao normal depois da greve, mas fazer previsões muito tempo adiante é uma coisa perigosa no Brasil", disse Gustavo Schmidt, vice-presidente de vendas e marketing da Volkswagen, durante a apresentação do modelo.

Segundo o executivo, as vendas da Volks cresceram 35% entre janeiro e maio e fizeram a marca alcançar uma fatia de 15,2% do mercado automotivo em 2018.



Embora tenha participação modesta nos emplacamentos, o Golf chega a 2019 ainda sendo produzido em São José dos Pinhais (PR). O carro mais global da marca recebe mudanças visuais e uma nova opção: 1.0 TSI com câmbio automático de seis marchas. O motor, com turbo e tecnologia flex, tem 128 cv de potência.

Os preços começam em R\$ 91,8 mil, valor pedido pela versão 1.0 TSI Comfortline automática (a opção com caixa manual não é mais fabricada). O carro é equipado com sete airbags, controles de tração e de estabilidade, ar-condicionado, sistema de som que se conecta a smartphones e direção com assistência elétrica, entre outros itens. Única versão produzida no México, a perua Variant mantém o motor 1.4 TSI turbo flex (150 cv) e custa R\$ 103 mil na configuração Comfortline.

O esportivo Golf GTI tem a potência aumentada para 230 cv –10 cv a mais que antes– e preço inicial de R\$ 143,8 mil.

A opção hatch 1.4 TSI Highline completa a família e custa R\$ 112,2 mil.

Contudo, tanto as versões hatch como a perua não são a prioridade da Volks neste momento. A montadora prepara o lançamento do utilitário compacto T-Cross, que chega às lojas no primeiro semestre de 2019. É o primeiro produto nacional de uma linha que, nos próximos anos, terá uma picape e outros SUVs de maior porte.

A empresa está investindo R\$ 7 bilhões nestes lançamentos, e garante que o valor não será alterado devido ao mau humor atual no mercado. Segundo Gustavo Schmidt, a fabricante espera que a nova regulamentação para o setor automotivo –o programa Rota 2030, que substituirá o Inovar-Auto– seja anunciada em breve.

Quando isso ocorrer, a VW vai definir sua estratégia para o segmento de veículos híbridos e elétricos.

A marca alemã também lançou neste ano a nova geração do Tiguan, que é importado do México, e o sedã nacional Virtus.

Chinesa Geely conclui acordo de compra de participação na Volvo

19/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18/06/2018)

Holding assumiu 14,9% das ações com direito a voto da fabricante de caminhões sueca

A chinesa Geely Holding assumiu 14,9% das ações com direito a voto da fabricante de caminhões sueca AB Volvo, segundo um comunicado divulgado nesta segunda-feira (18) que confirmou um acordo que estava pendente desde dezembro.

O acordo de Geely para comprar a participação da empresa de fundos ativistas Cevian Capital na fabricante sueca de caminhões e equipamentos de construção foi anunciado em 27 de dezembro de 2017.



Sob os termos do acordo, a Nomura International e a Barclays Capital Securities adquiriram pela primeira vez as ações da Cevian, com o compromisso de vendê-las para a Geely, quando as aprovações regulamentares necessárias fossem recebidas.

O diretor financeiro da Geely, Daniel Li, foi citado pela rádio sueca SR, em abril, dizendo que o aval de autoridades chinesas havia sido obtido.

A Geely anunciou em fevereiro que havia comprado uma participação de quase 10 por cento na alemã Daimler, principal rival da AB Volvo.

As ações da empresa chinesa na AB Volvo serão mantidas pela Geely Sweden Industry Investment AB, de acordo com outro aviso de divulgação.

Anglo American recebe autorização para prospectar cobre ao norte do Brasil

19/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18/06/2018)

No Brasil, há apenas um exemplo de uma mina em operação com essa geologia

A mineradora Anglo American obteve centenas de autorizações neste mês para prospecção de cobre em uma região remota ao norte do Brasil, disseram autoridades locais, em momento em que o crescente mercado de veículos elétricos e a escassez de projetos de mineração aquecem a demanda pelo metal.

Se confirmada, uma grande descoberta de cobre animaria a indústria de mineração, que está de olho em um déficit iminente do metal, que tem sido valorizado como um condutor de eletricidade depois que anos de cortes em orçamentos de exploração deixaram poucas perspectivas de novas descobertas.

Em uma nota à Reuters, a Anglo disse que é muito cedo para falar sobre a viabilidade do projeto. Mas a empresa confirmou que recebeu permissão para prospectar o cobre nos Estados de Mato Grosso e Pará, onde ainda não começou estudos.

O projeto, perto da Amazônia brasileira, poderia ser um importante negócio para a indústria de mineração de cobre do país, que ainda está muito atrás do maior produtor global, o Chile.

Mas a localização remota dos 284 blocos, que cobrem quase 1,9 milhão de hectares, representa também inúmeros desafios, como a provável resistência de ativistas apenas poucos meses depois de o governo brasileiro recuar de planos de abrir uma reserva ambiental para a mineração.

"Pode haver (resistência), mas seria perfeitamente administrável", disse o chefe da mineradora chilena Codelco no Brasil e diretor da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB) Marcos André Gonçalves. Ele acrescentou que uma grande descoberta de cobre "eliminará parte da neblina" que paira sobre a indústria.

O que o Anglo parece ter encontrado na Província de Ouro de Alta Floresta, dizem os especialistas, é um depósito de cobre e ouro no estilo pórfiro, geologia típica das minas andinas e responsável por mais de 60% dos recursos de cobre do mundo.

No Brasil, há apenas um exemplo de uma mina em operação com essa geologia, o depósito da Chapada, no Estado de Goiás.

"O conteúdo (mineral) é semelhante ao do Chile", disse Victor Bicca, diretor-geral do regulador de mineração DNPM, acrescentando que pode ser um "mega depósito".

"Obviamente, será do interesse do governo tirar isso do papel o quanto antes for possível, porque o mundo tem demandado cobre", acrescentou.

Em um relatório de maio, o Bank of America informou que projetos de mineração de cobre encolheram drasticamente desde 2011, uma vez que os preços do metal caíram e a exploração tem sido cada vez menos bem-sucedida.

Mesmo que a Província de Ouro de Alta Floresta produza tanto cobre quanto o esperado, isso não significaria que o Brasil está no caminho para se tornar outro Chile, onde a produção anual soma 5,33 milhões de toneladas, graças em parte à mina Escondida, da BHP.

"As chances de ser outra Escondida são muito pequenas", disse o consultor de mineração Mike Doggett, em Vancouver. Ainda assim, a descoberta "está gerando animação e isso é bom".

Apenas um quinto de todas as descobertas de cobre se transformam em minas em 20 anos, de acordo com Richard Schodde, diretor gerente da consultoria de exploração MinEx Consulting.

Schodde disse que os depósitos de pórfiro tendem a ser muito grandes em tamanho, mas com menor gradação, o que os torna economicamente viáveis apenas se estiverem perto da superfície ou tiverem boa infraestrutura por perto.

A Anglo, com sede em Londres, informou que começou a explorar 9 mil hectares na região há dois anos, por meio de uma parceria com a brasileira Mineradora Ouro Paz, acrescentando que duas sondas de perfuração estão sendo usadas.

A mineradora levou quase um ano para receber as licenças de exploração e provavelmente precisará em breve buscar licenças ambientais para extrair minerais para análise.

O CEO da Anglo, Mark Cutifani, reiterou o compromisso da empresa com o metal básico.

"Nós gostamos da commodity, gostamos de nossos ativos e gostamos do potencial dentro desses negócios", disse ele em uma conferência em Miami no mês passado. "Temos opções de crescimento significativas dentro do portfólio e também fora das operações existentes", acrescentou.

VENTOS CONTRÁRIOS

Outras mineradoras divulgaram mais sobre o projeto. Em fevereiro, Altamira Gold Corp disse em um comunicado de imprensa que havia começado a explorar cobre na região, em local próximo ao da Anglo, acrescentando que 3,5 milhões de hectares em novas permissões também teriam sido apresentadas pela Anglo, Nexa Resources e Vale na área.

A Nexa confirmou que estava prospectando na área, mas a Vale negou ter direitos sobre a região.

A indústria de mineração como um todo ainda está lutando para melhorar sua imagem após uma série de acidentes recentes no Brasil, depois do rompimento de uma barragem em 2015 da Samarco, uma joint venture entre a brasileira Vale e a BHP, que matou 19 pessoas. No início deste ano, a Alunorte, da Norsk Hydro, e o Sistema Minas Rio, da Anglo, relataram vazamentos.

E movimentos de direitos ambientais e de indígenas têm tido sucesso em investidas contra a mineração na região amazônica.

O presidente Michel Temer foi forçado a desistir dos planos de abrir para a exploração a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados (Renca), uma enorme reserva mineral amazônica para a mineração, no final do ano passado, após uma enorme reação negativa.

A Belo Sun, uma mineradora canadense, viu sua proposta de construir a maior mina de ouro do Brasil congelada devido a reclamações da Funai sobre os estudos indígenas realizados por ela.

A área de Anglo, quase tão grande quanto a Eslovênia, pode não escapar desses ventos contrários. Faz fronteira com duas reservas indígenas, próximas a parques nacionais e estaduais, e adjacentes a várias unidades de conservação, que se beneficiam dos mais altos níveis de proteção ambiental do país, segundo dados de Jazida.com, site que monitora dados sobre o setor de mineração no Brasil.

"Além de poluir o meio ambiente, significa a migração de muitas pessoas para áreas remotas e, neste caso, muito próximas das reservas indígenas", disse o especialista em energia do Greenpeace, Tiago Almeida, acrescentando que espera estudar os planos da Anglo. "É uma enorme ameaça."

Em um comunicado, a Anglo disse que leva essas preocupações a sério. "Onde quer que operemos, seja nos primeiros estágios do trabalho geológico até nossas operações de mineração, somos sensíveis às comunidades e ao ambiente natural", disse a empresa.

Camex aprova antidumping para corpos moedores em ferro ou aço importados da Índia

19/06/2018 – Fonte: MDIC

Dados sobre a investigação antidumping podem ser acessados na Resolução Camex nº 40 publicada hoje no Diário Oficial da União

A Câmara de Comércio Exterior determinou aplicação de direito antidumping definitivo (por até cinco anos), às importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos.

O produto é classificado no código 7325.91.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e possui a seguinte descrição técnica: com percentual de cromo de 17,6 a 22 e diâmetro de 57 a 64 mm, percentual de cromo de 22 a 28 e diâmetro de 11 a 28 mm, e percentual de cromo de 28 a 32 e diâmetro de 22 a 35 mm.

O direito será recolhido sob a forma de alíquota ad valorem, nos montantes abaixo especificados:

Origem Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (%)
Índia AIA Engineering Limited	9,8%
Índia Welcast Steels Ltd.	
Demais	37,8%

Os corpos moedores com os percentuais de cromo e diâmetros indicados são utilizados, principalmente, na moagem de minérios - de ferro, ouro, cobre, níquel, fosfato, bauxita. Pode ser utilizado, também, na moagem de calcário e na indústria cimenteira.

Os corpos moedores são colocados nos moinhos com a função de reduzir, por impacto, a abrasão e o tamanho dos minérios, preparando-os para as etapas posteriores do beneficiamento.

As informações estão no Diário Oficial da União de hoje, publicada na [Resolução Camex nº 40](#).